

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

COMPOSIÇÃO DOS GASTOS DOS ESTADOS BRASILEIROS, 1983/99

Mariana Felix F. Teixeira
Nº de Matrícula: 9814747-8

Orientador: Fernando Andrés Blanco Cossio

Dezembro de 2001

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

COMPOSIÇÃO DOS GASTOS DOS ESTADOS BRASILEIROS, 1983/99

Mariana Felix F. Teixeira
Nº de Matrícula: 9814747-8

Orientador: Fernando Andrés Blanco Cossio

Dezembro de 2001

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer especialmente ao Professor Fernando Blanco por ter sido um excelente orientador, muito dedicado Além disso, gostaria de agradecer ao Professor Fábio Giambiagi, que me forneceu uma ampla bibliografia.

Por último, agradeço aos meus pais e à minha irmã pelo apoio e pelo carinho

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	7
II. RESENHA DA LITERATURA	10
III. EVOLUÇÃO DO VOLUME E DA COMPOSIÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS POR FUNÇÃO ECONÔMICA, 1983/2000.....	21
IV. DETERMINANTES POLÍTICOS DOS GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS, 1983/99	33
V. DETERMINANTES DA COMPOSIÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	43
5.1 HIPÓTESES	43
5.2. METODOLOGIA E RESULTADOS	46
VI. CONCLUSÃO	60
VII. REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela III.1: Brasil: Total das Despesas por região, 1983/2000	29
Tabela III.2: Brasil: Total das Despesas Sociais por região, 1983/2000.....	29
Tabela III.3: Brasil: Total das Despesas de <i>Overhead</i> por região, 1983/2000	30
Tabela III.4: Brasil: Total das Despesas de Infra-Estrutura por região, 1983/2000	30
Tabela III.5: Brasil: Composição da Despesa por região e por Função Econômica, 1983/2000.....	31
Tabela III.6: Índice de Qualidade	32
Tabela IV.1: Taxa de Participação Política da População Brasileira	37
Tabela IV.2: Índice de Competitividade Política	38
Tabela IV.3: Índice de Fragmentação Política	39
Tabela IV.4: Eleições de 1982, 1986, 1990 e 1998	40
Tabela IV.4 (cont): Eleições de 1982, 1986, 1990 e 1998	41
Tabela IV.5: Orientação ideológica dos partidos	42
Tabela V.1: Efeito esperado das variáveis políticas sobre a despesa pública	45
Tabela V.2: Determinantes Políticos das Despesas Totais <i>per capita</i>	50
Tabela V.3: Determinantes Políticos das Despesas Sociais <i>per capita</i>	51
Tabela V.4: Determinantes Políticos das Despesas de <i>Overhead per capita</i>	52
Tabela V.5: Determinantes Políticos das Despesas de Infra-Estrutura <i>per capita</i>	53
Tabela V.6: Determinantes Políticos da Proporção das Despesas Sociais	56
Tabela V.7: Determinantes Políticos da Proporção das Despesas de <i>Overhead</i>	57
Tabela V.8: Determinantes Políticos da Proporção das Despesas de Infra-Estrutura	58
Tabela V.9: Determinantes Políticos da Qualidade do Gasto Público	59
Tabela A.III.1: Brasil: Total das Despesas Estaduais, 1983/2000	67

Tabela A.III.1 (cont.): Brasil: Total das Despesas Estaduais, 1983/2000	68
Tabela A.III.2: Brasil: Total das Despesas Sociais, 1983/2000	69
Tabela A.III.2 (cont.): Brasil: Total das Despesas Sociais, 1983/2000	70
Tabela A.III.3: Brasil: Total das Despesas de <i>Overhead</i> , 1983/2000	71
Tabela A.III.3 (cont.): Brasil: Total das Despesas de <i>Overhead</i> , 1983/2000	72
Tabela A.III.4: Brasil: Total das Despesas de Infra-Estrutura, 1983/2000	73
Tabela A.III.4 (cont.): Brasil: Total das Despesas de Infra-Estrutura, 1983/2000	74
Tabela A.III.5: Brasil: Composição das Despesas Estaduais por Função Econômica, 1983 / 2000	75
Tabela A.III.5 (cont.): Brasil: Composição das Despesas Estaduais por Função Econômica, 1983 / 2000	76

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Despesa Total dos Estados Brasileiros	22
Gráfico 2: Composição dos Gastos Estaduais, 1983/2000	25

I. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente processo de descentralização fiscal tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Essa devolução de autonomia fiscal aos níveis inferiores de governo tem sido foco de atenção dos esforços de pesquisa sobre o funcionamento do setor público.

O ponto central em torno dessa questão é se a descentralização de funções, advinda desse processo, torna a provisão de bens e serviços públicos mais eficiente. Ou seja, será que a alocação de certas responsabilidades e instrumentos fiscais aos governos subnacionais é apropriada? Ou, será que algumas funções devem permanecer centralizadas nas mãos do governo federal?

Segundo Oates (1999), a descentralização fiscal pode melhorar a provisão de certos serviços tendo em vista que a maior proximidade do governante à comunidade sob sua jurisdição aumenta a sensibilidade do mesmo às preferências locais. Desse modo, a oferta de bens públicos tende a ser mais adaptável às demandas do eleitorado.

Entretanto, deve-se ressaltar que a consolidação dos benefícios oriundos da descentralização fiscal depende da própria estrutura política e institucional e das relações financeiras entre níveis de governo em estruturas de organização federativa.

No Brasil a descentralização fiscal se intensificou a partir da Constituição de 1988, aumentando o poder de tributação dos níveis inferiores de governo e suas participações na receita tributária global e receita disponível do setor público.

Nesse sentido, torna-se relevante estudar se a descentralização das competências fiscais entre os governos subnacionais brasileiros proporcionou uma melhora ou piora na qualidade dos gastos públicos, tendo em vista as características políticas e institucionais peculiares a cada Estado ou Município.

Sendo assim, o presente estudo tem por finalidade verificar até que ponto os determinantes políticos como a orientação ideológica, o ciclo eleitoral, a taxa de participação do eleitor e o grau de fragmentação e de competitividade política influem na composição dos gastos públicos dos governos estaduais. Desse modo, pode-se dizer que esse trabalho é inovador, pois a maioria dos estudos abordam a relação entre política e volume total de gasto ou déficit/superávit fiscal. Já, os estudos referentes à composição do gasto público são escassos para os países desenvolvidos e inexistentes para os países latinos e o Brasil em particular.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em cinco seções. A seção 2 faz uma revisão teórica dos principais estudos sobre os efeitos dos determinantes políticos sobre a despesa pública. Nessa revisão os determinantes políticos são agrupados em três conjuntos de variáveis. No primeiro são considerados os determinantes que caracterizam o sistema de representação política; no segundo grupo tem-se as variáveis de incentivo, ou seja, as variáveis que condicionam o comportamento do governante, tais como os períodos eleitorais; no último, são analisadas as variáveis que revelam as preferências do governante em função da sua orientação ideológica.

Na seção 3, será feita uma análise sobre a evolução do volume total e por função econômica das despesas dos governos estaduais brasileiros no período 1983/2000. Para tanto,

as despesas foram divididas em 4 categorias: despesas sociais, de infra-estrutura, de *overhead* e outras despesas.

Na seção 4, serão descritas as principais características do sistema político dos estados brasileiros a partir da análise da taxa de participação do eleitorado, do índice de fragmentação política e do grau de competitividade ao longo das quatro últimas eleições estaduais. Além disso, serão apresentadas informações sobre a orientação ideológica dos governadores brasileiros no período 1982-98.

A seção 5 está dividida em 2 subseções: na primeira subseção são formuladas hipóteses sobre os efeitos esperados de cada determinante político sobre as despesas totais e por função econômica e sobre a qualidade dos gastos; na segunda, baseada numa análise econométrica com dados de painel, serão apresentadas as evidências empíricas sobre a influência das variáveis políticas sobre a composição das despesas estaduais. Os resultados dessa análise apontam a mostrar que: i) as despesas totais aumentam em anos eleitorais e pré-eleitorais; ii) em sistemas de representação política com alta taxa de participação da população e de competitividade política, a despesa total e social são maiores; iii) o efeito da taxa de fragmentação difere do esperado em todos os casos. Por último, na seção 6 são feitas considerações finais do trabalho.

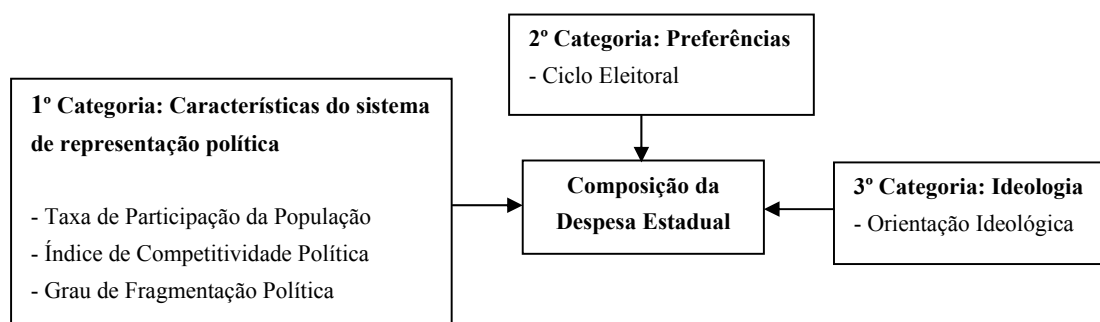
II. RESENHA DA LITERATURA

O interesse sobre os efeitos das características do sistema político sobre o comportamento fiscal dos administradores públicos remonta dos primeiros estudos de Kalecki (1943) e Downs (1957), e trinta anos mais tarde, de Nordhaus (1975) e Hibbs (1977). Soma-se a esses autores, os trabalhos de Wittman (1977), Alesina (1987), Rogoff (1990), Besley e Case (1995), Bosch e Suarez (1995), Van Dalen e Swank (1996), Tridimas (2000), dentre outros.

Se é certo que existe uma vasta literatura teórica e empírica que aborda a influência das variáveis políticas, tais como a taxa de participação do eleitorado, o grau de fragmentação e de competitividade do sistema partidário, o ciclo eleitoral e a orientação ideológica do governante sobre o nível de despesa pública, não se pode afirmar o mesmo a respeito da pesquisa em torno dos efeitos dessas mesmas variáveis sobre a composição da despesa, pois os estudos se revelam escassos e insuficientes.

Nessa seção serão revisadas as principais contribuições teóricas e estudos empíricos sobre política e gasto público. Para tanto, as variáveis políticas citadas acima serão separadas em três grupos: i) no primeiro grupo serão incluídas as variáveis que dizem respeito às características do sistema de representação política.ii) no segundo grupo estarão presentes as variáveis que influem no comportamento do governante. O enfoque nesse grupo será especificamente para os incentivos que os governantes têm em melhorar sua performance perto das eleições; e, iii) no último grupo serão incluídas as variáveis que revelam as

preferências ideológicas dos governantes. Ou seja, a última parte dessa seção apresentará algumas evidências que confirmam a existência de diferenças no que se refere à postura fiscal dos governos de esquerda e de direita. O desenho a seguir mostra a organização dessas variáveis em grupos.



No que tange à primeira categoria de variáveis, destacam-se alguns estudos como o de Bosch e Suarez (1995), que busca aferir os efeitos das características do sistema político sobre a estrutura dos gastos públicos. Nesse trabalho, os autores testam a hipótese se em estados que apresentam alta taxa de participação do eleitor os gastos do governo são maiores. Essa hipótese parte do princípio de que quanto maior a participação do eleitor no processo político, menor a chances de haver um eleitorado cativo, e, portanto, nessas circunstâncias poderia se esperar um aumento dos gastos perto das eleições. Entretanto, os resultados obtidos por esses autores não mostram efeitos dessa variável sobre o nível de gastos estaduais.

Apesar de Bosch e Suarez (1995) não terem encontrado evidências a favor dos efeitos da taxa de participação da população sobre o volume total de gastos, é possível inferir que, em contextos caracterizados por uma distribuição desigual de renda, a relação entre a taxa de participação do eleitor e o gasto público pode ser melhor justificada. Isso se explica, tendo em vista, que nesse contexto, as chances do eleitor mediano¹ ser mais pobre e, portanto, pertencer à classe de baixa renda são maiores. Sendo assim, esse eleitor irá eleger como governante, o candidato que se mostrar mais propenso a adotar uma política redistributiva.

¹ Em sistemas onde os representantes são eleitos por voto majoritário, mostra-se que, no equilíbrio, as preferências da sociedade são reveladas pelo eleitor mediano.

Desse modo, quanto maior a participação da população e, paralelamente, do eleitor mediano maior será o incentivo do candidato político em atender às preferências desse eleitor. Caso contrário, a população poderá reprová-lo nas urnas. Portanto, quanto maior taxa de participação da população, melhor a qualidade dos gastos públicos.

Quanto à fragmentação do sistema de representação partidária, alguns trabalhos como os de Roubini e Sachs (1989) e Simpson (2000), confirmam que quanto maior a fragmentação partidária maior o nível de despesa. Esses estudos verificaram que a maior existência de coalizões multipartidárias em lugar de governos majoritários resulta em sérios problemas fiscais para os governantes, gerando não só uma excessiva expansão de gastos como uma alocação ineficiente dos recursos públicos. Essa configuração política dificulta o processo decisório, tendo em vista a ampla gama de atores políticos envolvidos, que exigem alguns benefícios em troca de apoio político ao governante.

No que concerne ao Brasil, esse fato é corroborado pelo aumento da autonomia fiscal dos estados via descentralização a partir da Constituição de 1988. Em outras palavras, agrega-se o aumento da fragmentação partidária no Brasil nos últimos anos, à maior descentralização fiscal e o conseqüente aumento do poder de tributar e gastar dos estados. É bom lembrar que essa maior autonomia fiscal dos estados brasileiros não foi acompanhada por igual transferência de responsabilidade aos mesmos.

Um ponto a ser discutido é por quê em governos de coalizão observa-se uma expansão fiscal. Na visão de Roubini e Sachs (1989), esse fato resultaria de três fatores:

os membros da coalizão em sistemas multipartidários têm interesses e eleitorados diferentes. Desse modo, por mais que esses membros prefiram cortes no orçamento do que a permanência do déficit, cada um irá proteger sua fração particular no déficit frente às medidas austeras. Sendo assim, na ausência de coordenação entre os membros da coalizão, a solução final será semelhante ao do dilema dos prisioneiros, isto é, será não cooperativa (ausência de cortes); os membros da coalizão têm poder de veto contra mudanças;

os mecanismos de *enforcement* entre os membros da coalizão para garantir resultados cooperativos são, na maioria dos casos, muito fracos.

Em suma, para os autores a situação fiscal dos estados ou do próprio país relaciona-se com o número de atores envolvidos no processo decisório. Quanto maior esse número, maior será a necessidade de negociação política para a formação de apoio parlamentar nos governos. Esse apoio é expresso, na maioria das vezes, via aumento na utilização de recursos públicos. Portanto, pode-se inferir que a necessidade dos governadores em formarem maiorias leva à ineficiência econômica, isto é, um alto grau de fragmentação partidária contribui para uma piora da qualidade da despesa pública.

No que se refere ao grau de competitividade do sistema político, o modelo de Downs (1957) sobre competição eleitoral evidencia que quanto maior a competitividade política mais próximo do nível ótimo de gasto estará a sociedade. Conforme já foi destacado no parágrafo sobre a taxa de participação da população no processo político, o candidato a governante tem como referência as preferências do eleitor mediano. E não é diferente no caso da competitividade política, isto é, a competição entre os partidos em busca da eleição conduz o nível de gastos na direção do nível preferido do eleitor mediano.

Um outro ponto de vista nesse sentido é exposto por Michele Polo (1998), que analisa a relação entre a intensidade de competição eleitoral e a dissipação dos *rents*. De acordo com esse estudo, o aumento do número de candidatos na disputa por um cargo político reduz a possibilidade de comportamentos do tipo *rent seeking* por parte dos futuros governantes.

Em resumo, a ampliação do leque de opções políticas oferecidas num ambiente político competitivo deve incidir na elevação do grau de sofisticação do eleitorado para a avaliação dessas ofertas bem como da própria gestão das autoridades atuais (Blanco, 2001)

No que se refere ao segundo grupo, denominado de variáveis de incentivo do governante, constata-se uma variedade de trabalhos empíricos desenvolvidos sobre os efeitos dos ciclos políticos nos gastos públicos. Cabe ressaltar que as evidências desses estudos são apresentados

em termos agregados da despesa pública. Poucos autores tentaram detectar a presença de ciclos políticos na composição dos gastos, isto é, de forma mais desagregada.

Nessa literatura cronologicamente pode-se distinguir três gerações de trabalhos, que abordam os efeitos das eleições sobre a performance econômica. A primeira geração expõe o *trade-off* desemprego e inflação enfrentado por um governo que busca a reeleição. Na segunda geração o enfoque vai na direção do governante que tende a distorcer a política fiscal quando há chances de se reeleger. A última geração analisa se a busca do governante pela permanência no cargo melhora ou piora a qualidade dos gastos públicos. Nessa última geração inclui-se o presente trabalho.

Antes de partir para a exposição de cada uma das gerações acima, torna-se necessário ressaltar que a teoria dos ciclos eleitorais identifica dois motivos que condicionam o comportamento dos políticos: o motivo dito oportunista e o motivo ideológico ou partidário. O motivo oportunista caracteriza-se pelo incentivo dos governantes em estimular a economia antes das eleições de forma a obter êxito nas urnas. Já o motivo ideológico destaca a figura do *policy maker* que representa os interesses de um determinado grupo da sociedade e desenvolve políticas que maximizem o bem-estar desses eleitores. Note que essa visão difere da sugerida originalmente por Downs (1957), que diz que os candidatos somente se preocupam em ganhar as eleições, e assim permanecem o maior tempo possível no poder, de modo a maximizar sua popularidade.

Tanto os motivos oportunistas como os partidários são observados na primeira geração de autores através dos trabalhos de Nordhaus (1975) e Hibbs (1977), respectivamente. Ambos os autores exploram o conflito entre a taxa de inflação e o nível de emprego (Curva de Phillips) para explicar a ocorrência de ciclos políticos. Nordhaus (1975) mostra que em anos eleitorais o governante aumenta a oferta de moeda com o intuito de estimular a produção e assim reduzir o desemprego. Em consequência, os eleitores² respondem positivamente nas urnas,

² Uma das suposições de Nordhaus é que os eleitores são "retrospectivos", isto é, eles comparam a performance do governo atual, com base nos indicadores econômicos apresentados nessa gestão, com as gestões passadas. Caso a situação econômica tenha se deteriorado relativamente às suas expectativas, o eleitor irá votar contra o

desconhecendo que tal política gera inflação. É bom lembrar que a memória curta do eleitor permite que esse artifício político tenha sucesso em todas as eleições.

No modelo partidário de Hibbs (1977) são examinadas as políticas macroeconômicas implementadas pelos governos de direita e de esquerda nas democracias capitalistas do pós-guerra. O argumento de Hibbs é que os grupos com baixa renda preferem um quadro econômico onde a inflação é alta, porém, o nível de desemprego é baixo, enquanto os grupos de alta renda preferem preços mais estáveis com uma taxa de desemprego maior. Dependendo do partido que se encontra no governo, a política econômica se inclinará em uma dessas direções, de modo a satisfazer o seu eleitorado.

Em suma, o modelo de Hibbs (1977) diz que a alternância de diferentes partidos com diferentes preferências quanto ao ponto na curva de Phillips, leva a formação de ciclos políticos. A contribuição do modelo nessa direção é que nos governos de esquerda observa-se uma configuração econômica³ de baixo desemprego-alta inflação, e nos governos de direita o oposto (alto desemprego-baixa inflação). Nesse sentido, o estudo conclui que as políticas econômicas seguidas pelos partidos de esquerda e de direita estão de acordo com os interesses e as preferências dos grupos representados pelos mesmos.

Uma visão diferente da exposta acima é a verificada na segunda geração, com destaque para o trabalho de Cukierman e Meltzer (1986), Rogoff (1990) e Besley e Case (1995A)⁴. O enfoque se desloca do *trade-off* inflação/desemprego para o problema orçamentário. O interesse é analisar em que medida a reeleição influencia a carga tributária, as transferências e a despesa governamental⁵.

governante atual e vice-versa.

³ Nos Eua a configuração observada é baixo nível de desemprego nos governos democratas e alta taxa de desemprego nos governos republicanos.

⁴ Em Besley e Case (1995) investiga-se como o fato de um governante não poder se reeleger, afeta a escolha deste quanto ao nível de gasto e de tributação. Os autores encontraram evidências de que as escolhas políticas divergem entre os estados em que não existe a possibilidade de reeleição e os demais estados.

⁵ Essas variáveis são usadas pelos eleitores como medida de performance do governante. De acordo com Blais e Nadeau (1992), os governantes introduzem medidas populares, como a redução da carga tributária, antes das eleições, e as medidas impopulares “guardadas” para depois das eleições.

O modelo desenvolvido considera os eleitores racionais, porém, com informação imperfeita sobre alguns aspectos da situação econômica e sobre os *policymakers*. Sendo assim, estes, por possuírem mais informação, são incentivados a desviar a política fiscal, seja cortando taxas, aumentando as transferências ou direcionando os gastos para projetos mais “visíveis” a população, com a finalidade de sinalizar o quão competentes e eficientes são.

Em resumo, dada a assimetria de informação entre eleitores e governadores, esses últimos são tentados a distorcer a política fiscal perto das eleições e, assim, os efeitos decorrentes dessa política sobre o orçamento só serão sentidos após as eleições. O modelo adverte para o custo social associado a tal comportamento.

Uma extensão do modelo de Rogoff é feita por Besley e Case (1995B). Nesse trabalho, os autores mostram que num mundo onde os eleitores comparam a carga tributária de seu estado com a de outros estados, o governante antes de resolver alterar a taxa de seu próprio estado, observa o comportamento dos políticos dos outros estados. Enfim, a hipótese central desse modelo é que a escolha dos eleitores e o comportamento dos governantes são determinados simultaneamente.

Agrega-se a essa hipótese, a assimetria de informação em favor dos governantes e a idéia de que os políticos se diferenciam quanto ao seu tipo, isto é, os “bons políticos” são aqueles que não financiam seus caprichos a custa dos contribuintes, caso contrário, são “maus políticos”. O problema do eleitor é distinguir o bom do mau político. Portanto, se um estado apresenta uma carga tributária superior ao dos estados vizinhos, a população interpretará isso como uma evidência de que no seu respectivo estado o governante é do tipo “mau político”, e conseqüentemente o reprovará nas urnas.

Os resultados encontrados pelos autores confirmam que a possibilidade de um governo não se reeleger está positivamente correlacionado com o aumento da tributação em seu estado e negativamente correlacionado com o aumento da tributação nos outros estados.

Na direção oposta aos resultados de Rogoff (1990), Bugarin e Meneguín (2001) mostram o instituto da reeleição como uma forma de contenção de gastos. A idéia dos autores é estudar o grau de associação linear entre as despesas governamentais realizadas em ano eleitoral e o fato desse mesmo governo ter ou não permanecido no cargo.

Os resultados encontrados, tanto teóricos como econométricos, indicam que a existência da reeleição incentiva os governantes a não se endividar excessivamente no primeiro mandato, tendo em vista que caso este permaneça no cargo por mais um mandato, o ônus recairá sobre o mesmo no futuro. Em suma, o governante ao visualizar chances de se reeleger se torna mais cauteloso quanto aos déficits estaduais.

O ponto central destacado na conclusão desse artigo e que estão de acordo com os objetivos do presente trabalho, é o fato de a possibilidade de reeleição não só influir no nível total de gastos como também na composição dos gastos. Caso o governante tenha chances de permanecer no cargo, deverá aplicar uma maior parcela dos recursos públicos em despesas que gerem votos. Caso não haja reeleição na legislação eleitoral, o governante deverá privilegiar categorias de gasto que gerem algum retorno privado.

Por fim, a terceira geração engloba estudos⁶ como o de Van Dalen e Swank (1996), que buscam aferir os efeitos dos ciclos eleitorais sobre várias categorias de gastos. A análise foi aplicada para a Holanda e as categorias de gasto incluídas no modelo foram: defesa, infraestrutura, administração pública, saúde, educação e transferências de seguro social. A questão levantada pelo estudo é se esses gastos são afetados por motivos oportunistas ou ideológicos.

Dentre os resultados encontrados pelos autores destacam-se: (1) Todas as categorias de gastos aumentaram no período das eleições⁷; (2) Somente os gastos em defesa e em seguro social aumentaram antes das eleições; (3) Gastos em educação e em infraestrutura

⁶ Note que esse estudo tem como enfoque os componentes individuais das despesas públicas e não a composição dos gastos em si.

⁷ Esse resultado diverge das alegações de Rogoff (1990) sobre a tendência do administrador público em aumentar os gastos públicos em projetos altamente visíveis nos anos eleitorais, a fim de sinalizar sua competência para os eleitores, uma vez que estes têm informação incompleta sobre o político.

aumentaram depois das eleições; (4) Gastos em seguro social e em saúde tendem a ser maiores em governos de esquerda do que em governos de direita; (5) Gastos em defesa e em infraestrutura são maiores em governos de direita.

No que diz respeito à ideologia partidária, pode-se verificar um interesse recente pela análise dos efeitos dessa variável sobre as despesas públicas. Em geral, a grande maioria dos trabalhos aborda essa relação para países europeus ou desenvolvidos, encontrando-se poucos trabalhos para América Latina.

Os primeiros trabalhos sobre a influência da orientação ideológica dos governos sobre a performance de suas economias, mas não pelo lado fiscal, são os de Hibbs (1977) e Alesina (1987). Ambos trabalhos mostraram que a inflação tende a ser maior sob governos de esquerda, enquanto que o desemprego tende a aumentar sob governos de direita.

No que tange à relação ideologia e política fiscal, Alesina e Perotti (1995) abordam essa questão de forma a encontrar uma associação entre a ideologia partidária e o *design* da política fiscal. Isto é, os autores investigam quais tipos de governo são mais propensos a implementar políticas fiscais expansionistas, e, sob quais governos o ajuste fiscal é desenvolvido com êxito.

Os autores constataram que há uma maior probabilidade de governos de esquerda levarem adiante uma política fiscal contracionista do que governos de direita e de centro. Além disso, o estudo mostra que os governos de direita e de esquerda são igualmente capacitados em implementar um ajuste fiscal com sucesso, ao contrário dos governos de centro⁸.

Na área fiscal, somam-se aos trabalhos acima citados, os de Ames (1987), Bosch e Suarez (1995), Alt e Lowry (1994)⁹ que provam a existência de diferenças significativas em termos

⁸ Uma explicação plausível para a dificuldade dos governos de centro em implementar uma política fiscal contracionista, se deve ao fato destes serem tipicamente governos de coalizão.

⁹ Alt e Lowry (1994) observaram diferenças significativas no comportamento das despesas dos estados norte-americanos entre os governos democratas e republicanos no período 1968/1987. Aos governos democratas atribui-se um maior nível de despesa.

de volume da despesa entre os partidos de esquerda (social democratas, socialistas ou comunistas) e os de direita (liberais ou conservadores). As evidências apontam na direção de um volume maior de gastos nos governos de esquerda do que nos de direita.

Já se mencionou que no caso dos países Latino Americanos os trabalhos sobre este tema são ainda escassos. Entretanto, recentemente, observa-se um crescente interesse que se justifica tendo em vista que após o segundo choque do petróleo e a crise da dívida no início dos anos 80, observou-se diferentes respostas fiscais dos países da região frente ao choques externos adversos.

Uma investigação recente nesse sentido é observada no estudo de Amorim e Borsani (2001) sobre os determinantes políticos dos déficits públicos nas economias Latino Americanas no período 1980/98. Nesse estudo, levou-se em conta não só o impacto sobre o desempenho fiscal de variáveis como a orientação ideológica do governante e o ciclo eleitoral, mas também os efeitos de aspectos institucionais e políticos dos países latino-americanos

Entretanto, os autores não encontraram um possível impacto das motivações ideológicas dos governantes sobre o comportamento fiscal, ao contrário do trabalho de Alesina e Perotti (1995), onde esse impacto é significativo para os países da OECD. Para as demais variáveis foram observados os seguintes resultados: (1) sistemas partidários mais fragmentados conduzem à deterioração das contas públicas; (2) em anos de sucessão presidencial o déficit fiscal aumenta; (3) governos de coalizão produzem déficits maiores do que governos de um só partido.

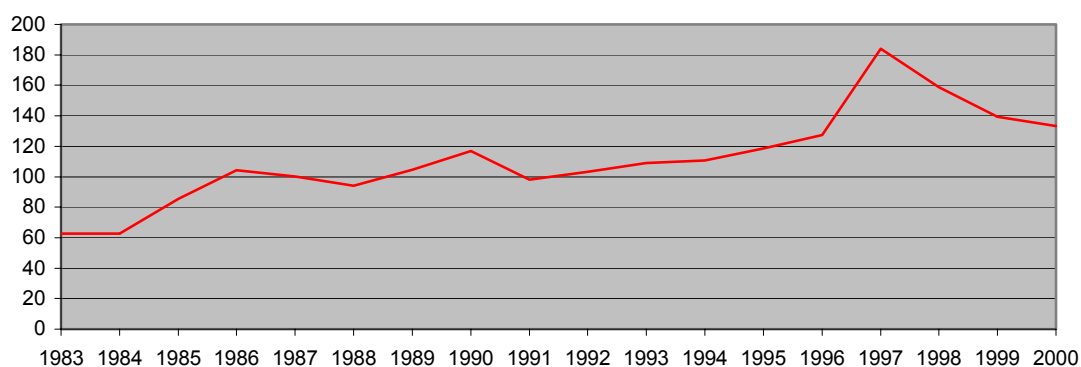
No que tange a análise da estrutura de gasto, confirma-se novamente a escassez de trabalhos nessa área. Um dos poucos estudos que abordam esse assunto em termos de categoria de gastos é o de Van Dalen e Swank (1996). Os resultados desse estudo indicam que os governos de esquerda são mais propensos a destinar parte do orçamento para a saúde, a educação, dentre outras categorias, de modo a atender seus eleitores que, em sua maioria, são de baixa renda; já nos governos de direita, mais preocupados com o crescimento econômico, os gastos estão mais direcionados para a área de infra-estrutura e defesa. Essa diferença entre

os partidos de esquerda e de direita, segundo os autores, pode ser explicada pelo fato dos governantes tentarem satisfazer seus objetivos ideológicos quando eleitos.

III. EVOLUÇÃO DO VOLUME E DA COMPOSIÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS POR FUNÇÃO ECONÔMICA, 1983/2000

Com o intuito de identificar padrões regionais e tendências temporais da despesa pública estadual, a presente seção busca analisar a evolução do volume e da composição dos gastos dos estados brasileiros ao longo do período 1983/2000.

O gráfico 1 mostra a trajetória da despesa total dos governos estaduais brasileiros entre 1983 e 2000. Percebe-se claramente no gráfico que a partir de 1984 as despesas totais aumentaram fortemente, passando de 60 bilhões para 104 bilhões em 1986. Entretanto, nos anos de 1987 e 1988 as despesas sofreram uma redução, atingindo 94 bilhões nesse último ano. Em 1990, as despesas voltaram a crescer, alcançando 116 bilhões, seguida por uma forte queda em 1991. Nos anos seguintes a despesa estadual total voltou a crescer, principalmente após o Plano Real, atingindo seu valor máximo em 1997 (184 bilhões). Porém, a partir de 1998 verifica-se que esse crescimento das despesas não se sustentou, em virtude da política de ajuste fiscal implementada pelo governo federal, que foi seguida pelos estados.

GRÁFICO 1: Despesa Total dos Estados Brasileiros (Em Bilhões de 1999)

A tabela III.1 apresenta informações sobre o volume de despesas estaduais totais e por habitante, desagregadas por Região para os anos de 1983, 1987, 1991, 1995, 1999 e 2000. Para as Unidades Federativas, os dados estão no apêndice na tabela A.III.1.

Tal como observado no gráfico acima, pode-se verificar que entre 1983 e 2000, as despesas estaduais aumentaram em mais de 100%, passando de 63 bilhões em 1983 para 133 bilhões de Reais de 1999. Por outra parte, observa-se que mais da metade desse gasto foi executado pelos estados do Sudeste (51%). As regiões Nordeste e Sul representaram aproximadamente 17%, enquanto os estados do Centro-Oeste e do Norte gastaram, respectivamente, 9% e 6% do total das despesas estaduais.

Ao se desagregar os dados por Unidade Federativa constata-se que, para 2000, os estados com maior participação nas despesas totais são: São Paulo (29%), Rio de Janeiro (11%), Minas Gerais (10%), Rio Grande do Sul (7%), Paraná (6%), Bahia (4%) e Distrito Federal (4%).

A maior representatividade dos estados da região Sudeste em termos financeiros pode ser justificada parcialmente pela sua importância demográfica. Dados do censo do IBGE informam que tanto em 1983 como em 2000, 43% da população brasileira localizavam-se

naquela região. Portanto, observa-se que os estados da região Sudeste têm uma importância financeira maior do que demográfica. Por outro lado, observa-se correspondência entre importância financeira e demográfica nos estados do Sul, que representam 15% da população brasileira. O mesmo não se pode dizer sobre as regiões Nordeste e Centro-Oeste cuja representatividade demográfica (28% e 7%, respectivamente) é maior em termos relativos se comparado à importância financeira dos seus estados.

No que diz respeito às despesas estaduais totais por habitante fica evidente na tabela III.1 a existência de expressivas disparidades regionais. Para o ano de 1983, mostra-se que a despesa per capita no Sudeste era 1.6 e 2.1 maior que a dos estados do Norte e Nordeste. À exceção dessas regiões, os estados do Centro-Oeste apresentaram gastos por habitante maiores que os do Sudeste em 1.2. Esse fato se deve a presença do Distrito Federal na região, que dada as suas características peculiares resultantes de sua condição de capital do país, apresenta uma alta despesa per capita. É importante ressaltar que as despesas estaduais brasileiras por habitante aumentaram em aproximadamente 57% no período em estudo, tendo sido esse aumento evidente em todas as regiões. A região Nordeste apresentou um aumento de 68% entre 1983 e 2000, seguida pelas regiões Norte (72%), Centro-Oeste (69%), Sudeste (61%) e Sul (41%). Assim, para 2000, os indicadores das diferenças interregionais, em termos per capita, atingiram 1.5 e 2.0.

Partindo para a análise por Unidade Federativa, as desigualdades interestaduais também são ainda mais notáveis. Na tabela A.III.1, tem-se que para o ano de 2000 a despesa per capita dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro são quase 2 vezes a despesa total per capita da região Norte e Nordeste. Soma-se a isso, as diferenças dentro da mesma região. No caso da região Norte, por exemplo, há três estados (Acre, Roraima e Amapá), que superam a média das despesas totais por habitante da região Sudeste. Em compensação nos outros estados da região Norte essas despesas, em 2000, estão abaixo da verificada para o conjunto dos estados brasileiros, exceto no estado de Tocantins.

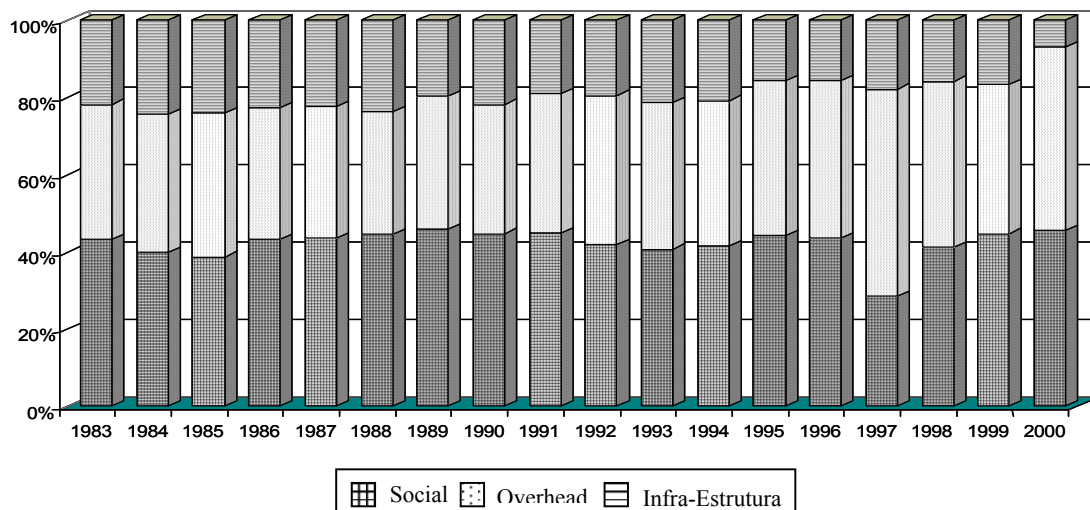
Em adição a análise descrita acima, torna-se importante avaliar a evolução da composição funcional da despesa estadual. Para tal, partiu-se de uma base de dados de despesa dividida em

16 funções econômicas, que foram agregadas em 4 grandes categorias. Na categoria denominada de *despesas de overhead* ou administrativas foram agrupados os gastos das funções legislativa, judiciária, e de administração e planejamento. No grupo de *despesas sociais* foram incluídos os itens de educação e cultura, de habitação e urbanismo, de saúde e saneamento, de trabalho e de assistência e previdência. O terceiro grupo de *despesas de infraestrutura* englobou as despesas nas áreas de comunicação, de desenvolvimento regional, de energia e recursos minerais, de indústria, comércio e serviços, e de transporte. Por último, a categoria *outras despesas* refere-se aos gastos em agricultura, em defesa nacional e segurança pública, e em relações exteriores.

O gráfico 2 exibe a evolução da composição funcional da despesa dos governos estaduais durante o período 1983 a 2000. Este gráfico mostra que as despesas com infra-estrutura tiveram ao longo de todo o período a menor participação. Já as despesas sociais apresentaram a maior participação no total dos gastos dos estados brasileiros, exceto em 1997, 1998 e 2000, cuja participação das despesas de overhead foram levemente superiores. O gráfico ainda mostra que a evolução da composição dos gastos se alterou em 2000 se comparado a 1983 favorecendo gastos em overhead em prejuízo de gastos com infra-estrutura.

A participação das despesas de overhead passou de 32%, em 1983, para 43%, em 2000, tendo como contrapartida uma redução na participação das despesas de infra-estrutura sobre o total dos gastos. Já as despesas sociais aumentaram de 39% em 1983 para 41% em 2000.

GRÁFICO 2: Composição dos Gastos Estaduais, 1983/2000



A tabela III.5 mostra a evolução da composição funcional das despesas estaduais entre 1983/86 e 1999/2000 por Região. Para as Unidades Federativas os dados se encontram na tabela A.III.5. As participações das distintas categorias correspondem às médias de um intervalo de quatro anos, sendo que o primeiro ano de cada intervalo coincide com o início de uma nova gestão estadual.

A participação das despesas de overhead aumentou de 32% para 40% e as despesas sociais e a categoria outras despesas permaneceram com a mesma participação, em torno de 38% e 8%, respectivamente, já as despesas de infra-estrutura sofreram uma redução de 21% para 12%.

Analisando regionalmente cada uma dessas categorias, pode-se observar que a região Centro-Oeste foi a que menos recursos destinou às atividades burocráticas durante o período (30% em média). As regiões Nordeste, Sudeste e Sul canalizaram cerca de 35% de seus orçamentos a tais atividades. Já nos estados do Norte esses gastos (38% em média) tiveram maior proporção que nas demais regiões.

Em relação às despesas sociais, verifica-se um aumento em todas as regiões, principalmente nos estados do Norte (de 31% para 37%), no Sudeste (de 35% para 39%) e no Centro-Oeste (de 33% para 43%). Nas regiões Nordeste e Sul o aumento foi um pouco maior que 1%.

Por último, a tabela III.5 informa que ao longo do período a participação dos gastos em infra-estrutura se reduziu em todas as regiões, sendo bastante significativo no Nordeste (de 23% para 9%) e no Centro-Oeste (de 32% para 11%). No Sudeste e no Sul houve uma redução de 10 pontos percentuais, e no Norte de 7 pontos.

Em suma, é possível observar uma tendência para um aumento da participação de gastos de overhead paralelo a uma diminuição das despesas de infra-estrutura. Já a participação das despesas sociais no total de despesas estaduais não sofreu alterações significativas durante o período de análise. Em níveis regionais, infere-se o significativo aumento da participação de gastos sociais nas regiões Norte, Sudeste e Centro Oeste.

No que tange às despesas sociais por habitante, se verifica um quadro não muito diferente do descrito acima, onde as desigualdades regionais e estaduais são notáveis. De acordo com as tabelas III.2 e A.III.2, as despesas sociais por habitante, em 1983, da região Sudeste eram 2.2 e 1.7 maior que as dos estados do Nordeste e Norte. No período 1983/2000, as despesas sociais dos estados brasileiros per capita aumentaram 67%. Grande parte desse aumento se deve à região Centro-Oeste, onde o aumento foi próximo a 90%. Para as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul o aumento foi de 76%, 51% , 76% e 44%, respectivamente.

Quanto aos estados que mais gastaram no social por habitante destacam-se um da região Sudeste (Rio de Janeiro) e outro do Sul (Paraná). Ambos apresentaram, em 2000, despesas mais de 2 vezes superiores à da região Norte e Nordeste. Entretanto na região Norte, tanto o Acre como Roraima e Amapá tiveram despesas semelhantes à do estado do Rio de Janeiro. Cabe enfatizar que embora as despesas sociais per capita da região Centro-Oeste sejam as mais altas, deve-se considerar que apenas o Distrito Federal compartilha dessa situação.

Para as despesas de overhead por habitante, a tabela III.3 indica um aumento de 114% no período, sendo superior ao aumento das despesas sociais por habitante. Dentre as regiões que contribuíram para esse aumento, destacam-se o Norte (131%), o Nordeste (136%) e o Sudeste (134%). Na região Sul observou-se um aumento de 103%, enquanto na região Centro-Oeste foi de 93%.

Diferentemente das despesas sociais e de overhead, que aumentaram mais de 65% ao longo de 1986/99, as despesas de infra-estrutura por habitante se reduziram em quase 50%. Tal redução se deve em grande parte ao item desenvolvimento regional, que foi nulo para 2000. Todas as regiões sofreram uma queda nos gastos de infra estrutura conforme os dados na tabela III.4 mostram: Norte (5% de redução), Nordeste (32%), Sudeste (42%), Sul (72%) e Centro-Oeste (63%).

Dentre os estados que apresentaram uma queda forte desses gastos no período, tem-se (tabela A.III.4): Rondônia, Piauí, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. É importante ressaltar que na maioria dos estados da região Sudeste, a despesa em infra-estrutura por habitante é inferior à media da região Norte.

Com a finalidade de ter uma medida sintética da qualidade do gasto público estadual, criou-se um índice de qualidade da despesa pública que pondera com um peso decrescente à participação das despesas sociais, de infra – estrutura e de *overhead*. Na construção do índice atribui-se peso 3 para a participação das despesas sociais, peso 2 para a dos gastos de infra-estrutura e peso 1 para a das despesas de *overhead*.

De acordo com esse índice de qualidade exibido na tabela III.6, houve uma piora na qualidade da despesa pública para o conjunto dos estados brasileiros. De acordo com a tabela 3.6, o valor do índice que correspondia a 1,87 em 1983/86, passou para 1,81 em 1999/2000. Da mesma maneira, o índice caiu para a maioria das regiões, exceto para a região Norte, onde ocorreu um aumento de 1,74 para 1,81. Para as regiões Sudeste e Centro-Oeste essa alteração no índice foi muito pequena. A redução no índice foi maior na região Nordeste (de 1,89 para 1,78) do que na regiões Sul, o que já era previsível, tendo em vista que naquela região as

despesas sociais não atingiram nem 1% de aumento no período estudado e as despesas de *overhead* aumentaram significativamente no período 1983/2000.

Em nível de estados, observa-se o seguinte: na região Norte, Roraima e Amapá destacam-se entre os estados brasileiros que apresentaram um forte aumento do índice de qualidade no período em análise; na região Nordeste somente os estados da Paraíba e Alagoas tiveram uma melhora no índice; nas regiões Sudeste e Sul, o aumento do índice no período aconteceu apenas nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, respectivamente; por último, na região Centro-Oeste só o estado do Mato Grosso experimentou uma queda significativa no índice.

Em resumo, apesar das despesas sociais terem aumentado para o conjunto dos estados brasileiros no período 1983/2000, observou-se um crescimento da participação dos gastos burocráticos no total das despesas estaduais e, conseqüentemente, uma redução nos despesas em infra-estrutura. Em função disso, o índice que mede a qualidade dos gastos públicos diminuiu no período de análise.

Tabela III.1:
Brasil: Total das Despesas por região, 1983/2000

	1983			2000		
	Valor	%	Per capita (Reais)	Valor	%	Per capita (Reais)
Norte	2,461,922	3.93	374	8,291,803	6.23	642
Nordeste	10,148,941	16.19	277	22,190,724	16.67	465
Sudeste	31,979,183	51.03	588	68,364,774	51.36	946
Sul	12,547,129	20.02	637	22,464,262	16.88	896
Centro-Oeste	5,533,305	8.83	701	11,808,181	8.87	1017
Brasil	62,670,480	100.00	501	133,119,744	100.00	785

Fonte: Elaboração Própria, Secretaria do Tesouro Nacional, IBGE

Tabela III.2:
Brasil: Total das Despesas Sociais por região, 1983/2000

	1983			2000		
	Valor	%	Per capita (Reais)	Valor	%	Per capita (Reais)
Norte	890,534	3.67	135	3,076,429	5.61	238
Nordeste	3,996,626	16.45	109	7,842,059	14.29	164
Sudeste	12,778,320	52.61	235	29,836,293	54.38	413
Sul	4,678,626	19.26	238	8,602,248	15.68	343
Centro-Oeste	1,944,579	8.01	246	5,512,957	10.05	475
Brasil	24,288,685	100.00	194	54,869,985	100.00	324

Fonte: Elaboração Própria, Secretaria do Tesouro Nacional, IBGE

Tabela III.3:
Brasil: Total das Despesas de *Overhead* por região, 1983/2000

	1983			2000		
	Valor	%	Per capita (Reais)	Valor	%	Per capita (Reais)
Norte	808,583	4.08	123	3,668,664	6.37	284
Nordeste	3,555,013	17.92	97	10,920,371	18.96	229
Sudeste	10,454,834	52.71	192	28,228,583	49.02	391
Sul	3,621,880	18.26	184	10,811,376	18.77	431
Centro-Oeste	1,393,907	7.03	177	3,959,353	6.88	341
Brasil	19,834,217	100.00	158	57,588,347	100.00	340

Fonte: Elaboração Própria, Secretaria do Tesouro Nacional, IBGE

Tabela III.4:
Brasil: Total das Despesas de Infra-Estrutura por região, 1983/2000

	1983			2000		
	Valor	%	Per capita (Reais)	Valor	%	Per capita (Reais)
Norte	496,785	4.03	75	924,862	10.78	72
Nordeste	1,539,892	12.48	42	1,371,969	16.00	29
Sudeste	5,546,232	44.95	102	4,281,148	49.92	59
Sul	3,120,763	25.29	158	1,107,977	12.92	44
Centro-Oeste	1,634,990	13.25	207	890,685	10.39	77
Brasil	12,338,662	100.00	99	8,576,641	100.00	51

Fonte: Elaboração Própria, Secretaria do Tesouro Nacional, IBGE

Tabela III.5:
Brasil: Composição da Despesa por região e por Função Econômica, 1983/2000

	1983/86				1999/2000			
	Overhead	Social	Infra-estrutura	Outras	Overhead	Social	Infra-estrutura	Outras
Norte	38.33	31.35	21.00	9.32	40.37	37.29	14.31	8.04
Nordeste	30.69	37.30	23.00	9.01	42.81	39.09	8.87	9.23
Sudeste	33.57	35.75	20.69	9.99	41.03	39.28	10.37	9.31
Sul	29.46	36.56	24.59	9.39	38.35	38.15	14.59	8.91
Centro-Oeste	26.26	32.76	31.75	9.24	35.58	43.42	10.62	10.38
Brasil	32.33	37.38	21.14	9.15	39.63	39.44	11.75	9.18

Fonte: Elaboração Própria e Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela III.6: Índice de Qualidade

	1983/86	1999/2000
Norte	1.74	1.81
<i>Rondonia</i>	1.82	1.51
<i>Acre</i>	1.84	1.78
<i>Amazonas</i>	1.92	1.82
<i>Roraima</i>	1.54	1.95
<i>Pará</i>	1.83	1.83
<i>Amapá</i>	1.50	1.84
<i>Tocantins</i>	-	1.95
Nordeste	1.89	1.78
<i>Maranhão</i>	1.89	1.64
<i>Piauí</i>	1.96	1.77
<i>Ceará</i>	1.91	1.75
<i>Rio Grande do Norte</i>	1.85	1.84
<i>Paraíba</i>	1.92	1.96
<i>Pernambuco</i>	1.82	1.51
<i>Alagoas</i>	1.71	1.83
<i>Sergipe</i>	1.96	1.87
<i>Bahia</i>	1.96	1.83
Sudeste	1.82	1.80
<i>Minas Gerais</i>	1.85	1.73
<i>Espírito Santo</i>	1.84	1.71
<i>Rio de Janeiro</i>	1.68	1.86
<i>São Paulo</i>	1.91	1.88
Sul	1.88	1.82
<i>Paraná</i>	2.00	2.00
<i>Santa Catarina</i>	1.84	1.59
<i>Rio Grande do Sul</i>	1.81	1.86
Centro - Oeste	1.88	1.87
<i>Mato Grosso do Sul</i>	1.74	1.79
<i>Mato Grosso</i>	1.81	1.63
<i>Goiás</i>	1.80	1.78
<i>Distrito Federal</i>	2.18	2.28
Brasil	1.87	1.81

Fonte: Elaboração Própria e STN

IV. DETERMINANTES POLÍTICOS DOS GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS, 1983/99

Essa seção visa analisar o comportamento de alguns determinantes políticos dos gastos públicos estaduais, tais como, a participação da população no processo político, o grau de competitividade política, a fragmentação partidária do sistema eleitoral e, por último, a orientação ideológica dos governos estaduais, no período 1983/99.

É de se esperar que a maior taxa de participação da população esteja associada a uma maior qualidade dos gastos públicos. Isso se explica em função da redução da vulnerabilidade dos governos estaduais à influência de grupos de interesse, evitando assim, comportamentos do tipo *rent-seeking*.

A tabela IV.1 mostra a taxa de participação política da população brasileira por região e por Unidade Federativa, calculada pela razão entre o número de votantes e o total de eleitores, para as eleições de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998. De acordo com essa tabela, a taxa de participação política da população vem se reduzindo ao longo das três últimas eleições. Se em 1986 essa taxa era de 0.95, em 1998 esta alcançava 0.79.

Desagregando por região, observa-se que, em média, na região Sudeste a taxa de participação política da população (0.88) é a maior dentre todas as regiões, ao contrário da região Norte, que é a menor (0.76).

Por Unidade Federativa, tem-se que tanto o estado de São Paulo como o Rio Grande do Sul apresentaram a maior proporção de votantes sobre o total de eleitores (0.90), em média, ao longo do período. Já nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão essa taxa foi a mais baixa (0.74) frente aos demais estados.

Em relação ao grau de competitividade partidária, espera-se que quanto maior esse determinante, mais ofertas políticas serão apresentadas à população, o que acarretará numa elevação da capacidade de avaliação dessas ofertas por parte do eleitorado e numa melhor gestão dos governos estaduais.

De acordo com a tabela IV.2, o grau de competitividade política vem apresentando uma tendência crescente no período analisado, exceto na eleição de 1994, onde esse índice sofreu uma redução. Além disso, a tabela mostra que a eleição de 1990 foi a mais competitiva (4.47), isto é, foi a que mais opção política ofereceu aos eleitores. A grande contribuição para esse alto grau de competitividade se deve à região Sudeste cujo índice atingiu 7.10. Já a eleição de 1982, obviamente, apresentou o menor grau de competitividade (0.64).

Regionalmente, observa-se que a maior competitividade política está presente na região Sudeste, que teve o maior índice dentre todas as regiões para as cinco eleições. Na região Nordeste, por sua vez, verifica-se o menor grau de competitividade do sistema partidário no período analisado.

No que diz respeito à análise por estado destacam-se os seguintes estados com alto grau de competitividade, por região: Amapá (5.82), Maranhão (4.87), Rio de Janeiro (8.13), Rio Grande do Sul (2.76) e o Distrito Federal (11.50). Entre os estados com menor grau de competitividade por região tem-se: Tocantins (3.31), Paraíba (1.60), Minas Gerais (4.21), Santa Catarina (2.58) e Mato Grosso do Sul (2.83).

Um terceiro determinante político dos gastos públicos é a fragmentação partidária. O índice de fragmentação é "baseado na probabilidade de que dois eleitores escolhidos aleatoriamente tenham votado em partidos diferentes em uma dada eleição" (Rae, 1967:57).

O índice de Rae varia entre 0 (zero) e 1 (um). Se, numa eleição, um único partido político recebesse todos os votos, F seria igual a 0 (zero); mas, se todos os eleitores votassem em partidos políticos diferentes, F seria igual a 1. Em outras palavras, quanto mais concentrada a votação em uns poucos partidos políticos (ou a distribuição de cadeiras na assembleia), mais próximo o índice estará de 0 (zero); quanto menos concentrado (ou seja mais disperso), mais próximo estará de 1 (um) .

O grande problema de governos compostos por vários partidos ou governos divididos (Executivo e Legislativo comandados por diferentes partidos) é que esses acabam por atender às reivindicações de diversos grupos de interesse e por conceder benefícios em troca de apoio político. Isso implica numa distorção da alocação dos recursos públicos e ,consequentemente ,numa piora da qualidade do gasto público.

Na tabela IV.3 é apresentado o índice de fragmentação partidária. A análise da tabela indica um aumento da fragmentação partidária ao longo do período 1983/99. Esse índice que correspondia a 0.77 nas eleições de 1986 aumentou para 0.91 na eleição de 1998.

No que se refere às regiões, percebe-se uma maior fragmentação política (0.94) na região Sudeste, seguida pela região Sul (0.93) enquanto o Nordeste tem o menor índice de fragmentação (0.88) . Tanto a região Centro-Oeste como a região Norte apresentam esse índice próximo a 0.91.

Por Unidade Federativa, verifica-se um aumento significativo do índice de fragmentação partidária nos últimos anos nos seguintes estados, por região: Rondônia e Pará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, Minas Gerais e São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, e, Mato Grosso e Distrito Federal. Já em Tocantins, Ceará e Bahia, e Goiás índice diminuiu nos últimos anos, atingindo valores abaixo da média da respectiva região.

Por fim, a orientação ideológica do governo estadual relaciona-se com o grau de intervencionismo do estado, que se reflete no gasto público. Na literatura assume-se que os

partidos de esquerda são mais favoráveis a uma intervenção pública que os partidos de direita. Além disso, acredita-se que os partidos de esquerda gastam mais que os de direita.

Na tabela IV.4 são mostrados os governadores eleitos e seus respectivos partidos políticos para as cinco últimas eleições. Quanto à inclinação política de cada partido usou-se a classificação de Kinzo conforme a tabela IV.5. De posse dessas duas tabelas será possível, conforme será visto na próxima seção, estabelecer uma ligação entre ideologia partidária e a composição dos gastos públicos.

Tabela IV.1:
Taxa de Participação Política da População Brasileira

	1982	1986	1990	1994	1998
Norte	0.75	0.88	0.75	0.70	0.70
Rondônia	0.80	0.89	0.73	0.69	0.70
Acre	0.75	0.90	0.80	0.78	0.75
Amazonas	0.73	0.87	0.76	0.73	0.71
Roraima	-	-	0.80	0.78	0.78
Para	0.75	0.88	0.74	0.68	0.67
Amapá	-	-	0.78	0.72	0.86
Tocantins	-	-	0.75	0.68	0.80
Nordeste	0.76	0.94	0.81	0.77	0.73
Maranhão	0.73	0.88	0.72	0.70	0.69
Piauí	0.80	0.94	0.83	0.78	0.76
Ceara	0.81	0.94	0.83	0.78	0.77
Rio Grande do Norte	0.78	0.96	0.86	0.84	0.81
Paraíba	0.76	0.95	0.82	0.77	0.75
Pernambuco	0.77	0.94	0.84	0.79	0.74
Alagoas	0.77	0.93	0.78	0.85	0.72
Sergipe	0.80	0.96	0.86	0.83	0.78
Bahia	0.73	0.94	0.79	0.73	0.68
Sudeste	0.87	0.96	0.90	0.86	0.82
Minas Gerais	0.86	0.95	0.86	0.84	0.80
Espírito Santo	0.86	0.96	0.87	0.83	0.78
Rio de Janeiro	0.87	0.96	0.90	0.82	0.80
São Paulo	0.88	0.97	0.91	0.89	0.83
Sul	0.84	0.96	0.89	0.86	0.82
Paraná	0.77	0.95	0.86	0.83	0.79
Santa Catarina	0.87	0.97	0.90	0.87	0.84
Rio Grande do Sul	0.89	0.97	0.91	0.88	0.85
Centro-Oeste	0.75	0.93	0.83	0.80	0.78
Mato Grosso do Sul	0.74	0.94	0.84	0.82	0.79
Mato Grosso	0.74	0.89	0.76	0.73	0.71
Goiás	0.76	0.94	0.84	0.81	0.79
Distrito Federal	-	-	0.87	0.86	0.85
Brasil	0.83	0.95	0.86	0.82	0.79

Fonte: Laboratório de estudos experimentais - IUPERJ

Tabela IV.2:
Índice de Competitividade Política

	1982	1986	1990	1994	1998
Norte	0.48	1.60	4.53	2.89	4.54
Rondônia	0.48	0.00	4.90	4.02	5.08
Acre	0.44	1.10	2.96	2.50	3.56
Amazonas	0.50	1.92	6.52	3.85	5.17
Roraima	-	-	3.90	2.50	5.62
Para	0.49	2.63	5.62	2.43	4.18
Amapá	-	-	4.75	3.47	5.82
Tocantins	-	-	2.85	1.88	3.31
Nordeste	0.24	1.52	3.01	2.11	2.77
Maranhão	0.01	2.11	3.82	3.57	4.87
Piauí	0.07	0.82	1.83	0.98	1.95
Ceara	0.48	1.71	1.78	2.40	2.91
Rio Grande do Norte	0.48	0.77	1.48	1.56	1.71
Paraíba	0.06	0.58	2.14	1.18	1.60
Pernambuco	0.26	1.96	3.04	1.74	2.91
Alagoas	0.19	1.37	3.80	1.11	2.31
Sergipe	-0.19	1.58	3.85	2.25	3.96
Bahia	0.44	1.83	4.34	2.84	2.34
Sudeste	1.39	5.06	7.10	4.14	5.77
Minas Gerais	0.67	3.75	6.34	3.66	4.21
Espírito Santo	0.52	2.32	5.17	3.27	4.27
Rio de Janeiro	2.29	8.92	9.80	6.19	8.13
São Paulo	1.61	4.03	6.25	3.29	5.77
Sul	0.52	1.51	3.55	2.03	2.76
Paraná	0.33	2.01	4.31	2.32	2.90
Santa Catarina	0.28	0.11	2.89	1.16	2.58
Rio Grande do Sul	0.88	2.04	3.29	2.36	2.76
Centro-Oeste	0.38	1.20	3.90	2.69	5.23
Mato Grosso do Sul	0.08	1.15	2.56	1.40	2.83
Mato Grosso	0.50	-0.23	3.56	1.83	3.65
Goiás	0.49	2.07	3.89	3.48	3.84
Distrito Federal	-	-	5.58	3.52	11.50
Brasil	0.64	2.47	4.47	2.82	4.10

Fonte: Laboratório de estudos experimentais - IUPERJ

Tabela IV.3:
Índice de Fragmentação Partidária

	1982	1986	1990	1994	1998
Norte	0.90	0.78	0.89	0.89	0.91
Rondônia	0.90	0.75	0.90	0.95	0.95
Acre	0.77	0.86	0.84	0.87	0.93
Amazonas	0.95	0.86	0.89	0.89	0.91
Roraima	-	-	0.92	0.88	0.91
Pará	0.98	0.67	0.92	0.91	0.94
Amapá	-	-	0.92	0.88	0.92
Tocantins	-	-	0.83	0.88	0.83
Nordeste	0.83	0.83	0.86	0.85	0.88
Maranhão	0.61	0.80	0.86	0.95	0.93
Piauí	0.90	0.88	0.84	0.80	0.87
Ceará	0.76	0.75	0.85	0.83	0.81
Rio Grande do Norte	0.90	0.92	0.79	0.79	0.87
Paraíba	0.92	0.92	0.90	0.76	0.78
Pernambuco	0.97	0.82	0.90	0.82	0.90
Alagoas	0.90	0.88	0.91	0.91	0.93
Sergipe	0.63	0.84	0.84	0.90	0.93
Bahia	0.91	0.69	0.87	0.91	0.88
Sudeste	0.86	0.82	0.93	0.93	0.94
Minas Gerais	0.77	0.75	0.93	0.94	0.96
Espírito Santo	0.93	0.75	0.95	0.95	0.94
Rio de Janeiro	0.90	0.90	0.93	0.93	0.93
São Paulo	0.86	0.86	0.92	0.92	0.94
Sul	0.96	0.73	0.90	0.91	0.93
Paraná	0.96	0.59	0.92	0.94	0.94
Santa Catarina	0.97	0.77	0.88	0.88	0.91
Rio Grande do Sul	0.95	0.84	0.91	0.91	0.93
Centro - Oeste	0.84	0.70	0.86	0.91	0.90
Mato Grosso do Sul	0.96	0.75	0.89	0.94	0.91
Mato Grosso	0.95	0.71	0.77	0.90	0.91
Goiás	0.60	0.64	0.86	0.93	0.85
Distrito Federal	-	-	0.92	0.86	0.92
Brasil	0.88	0.77	0.89	0.90	0.91

Fonte: Laboratório de estudos experimentais - IUPERJ

Tabela IV.4: Eleições de 1982, 1986, 1990 e 1998

	1982		1990		1994	
AC	Nabor Teles	PMDB	Flaviano Melo	PMDB	Edmundo Pinto	PDS
AL	Divaldo Suruagy	PDS	Fernando Collor	PMDB	Geraldo Bulhões	PSC
AM	Gilberto Mestrinho	PMDB	Amazonino Mendes	PMDB	Gilberto Mestrinho	PMDB
AP	-	-	-	-	Annibal Barcellos	PFL
BA	João Durval	PDS	Waldir Pires	PMDB	Antônio C. Magalhães	PFL
CE	Luís G. Mota	PDS	Tasso Jereissati	PMDB	Ciro Gomes	PSDB
DF	-	-	-	-	Joaquim Roriz	PTR
ES	Gerson Camata	PMDB	Max Mauro	PMDB	Albuíno Azeredo	PDT
GO	Íris Rezende	PMDB	Henrique Santillo	PMDB	Iris Resende	PMDB
MA	Luís Alves C. Rocha	PDS	Epitácio Cafeteira	PMDB	Edison Lobão	PFL
MG	Tancredo Neves	PMDB	Newton Cardoso	PMDB	Hélio Garcia	PRS
MS	Wilson B. Martins	PMDB	Marcelo Miranda	PMDB	Pedro Pedrossian	PTB
MT	Júlio Campos	PDS	Carlos Bezerra	PMDB	Jaime Campos	PFL
PA	Jáder Barbalho	PMDB	Hélio Gueiros	PMDB	Jáder Barbalho	PMDB
PB	Wilson Braga	PDS	Tarcísio Burity	PMDB	Ronaldo Lima	PMDB
PE	Roberto Magalhães	PDS	Miguel Arraes	PMDB	Joaquim Francisco	PFL
PI	Hugo Napoleão	PDS	Alberto Silva	PMDB	Antônio Freitas Neto	PFL
PR	José Richa	PMDB	Álvaro Dias	PMDB	Roberto Requião	PMDB
RJ	Leonel Brizola	PDT	Moreira Franco	PMDB	Leonel Brizola	PDT
RN	José Agripino Maia	PDS	Geraldo Melo	PMDB	José Agripino Maia	PDS
RO	-	-	Jerônimo Santana	PMDB	Valdir Raupp	PRN
RR	-	-	-	-	Ottomar Pinto	PTB
RS	Jair Soares	PDS	Pedro Simon	PMDB	Alceu Collares	PDT
SC	Esperidião Amin	PDS	Pedro Ivo de Campos	PMDB	Vilson Kleinubing	PFL
SE	João Alves Filho	PDS	Antônio C. Valadares	PFL	João Alves Filho	PMDB
SP	Franco Montoro	PMDB	Orestes Quécia	PMDB	Luiz Antônio F. Filho	PMDB
TO	-	-	-	-	Moisés Avelino	PMDB

Tabela IV.4 (Cont.): Eleições de 1982, 1986, 1990 e 1998

	1994		1998	
AC	Oleir Messias Cameli	PPR	Jorge Viana	PT
AL	Divaldo Suruagy	PMDB	Ronaldo Lessa	PSB
AM	Amazonino Mendes	PPR	Amazonino Mendes	PFL
AP	João Capiberibe	PSB	Joao Capibaribe	PSB
BA	Paulo Souto	PFL	César Borges	PFL
CE	Tasso Jereissati	PSDB	Tasso Jereissati	PSDB
DF	Cristóvam Buarque	PT	Joaquim Roriz	PMDB
ES	Vítor Buaiz	PT	José Ignacio	PSDB
GO	Maguito Vilela	PMDB	Marconi Perillo	PSDB
MA	Roseana Sarney	PFL	Roseana sarney	PFL
MG	Eduardo Azeredo	PSDB	Itamar	PMDB
MS	Wilson Martins	PMDB	Zeca do PT	PT
MT	Dante de Oliveira	PDT	Dante de Oliveira	PSDB
PA	Almir Gabriel	PSDB	Almir Gabriel	PSDB
PB	Antônio Mariz	PMDB	Zé Maranhão	PMDB
PE	Miguel Arraes	PSB	Jarbas Vasconcelos	PMDB
PI	Francisco Sousa	PMDB	Mão Santa	PMDB
PR	Jaime Lerner	PDT	JaimeLerner	PFL
RJ	Marcello Alencar	PSDB	Anthony Garotinho	PDT
RN	Garibalde Alves	PMDB	Garibaldi Alves	PMDB
RO	Valdir Raupp	PMDB	Jose de Abreu Bianco	PFL
RR	Neudo Campos	PTB	Neudo Campos	PPB
RS	Antônio Britto	PMDB	Olivio Dutra	PT
SC	Paulo Afonso Vieira	PMDB	Espiridião Amin	PPB
SE	Albano Franco	PSDB	Albano Franco	PSDB
SP	Mário Covas	PSDB	Mário Covas	PSDB
TO	Siqueira Campos	PPR	Siqueira Campos	PFL

Tabela IV.5: Orientação ideológica dos partidos

Sigla	Nome do Partido	Inclinação Política
PDT	Partido Democrático Trabalhista	Esquerda
PFL	Partido da Frente Liberal	Direita
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Centro
PPR	Partido Progressista Renovador	Direita
PRT	Partido Republicano Trabalhista	Direita
PSD	Partido Social Democrático	Direita
PSB	Partido Socialista Brasileiro	Esquerda
PSC	Partido Social Cristão	Centro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro	Centro-Esquerda
PT	Partido dos Trabalhadores	Esquerda
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	Direita
PTR	Partido Trabalhista Renovador	Direita

V. DETERMINANTES DA COMPOSIÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Essa seção tem por finalidade formular hipóteses sobre a influência dos determinantes políticos sobre a composição e a qualidade do gasto público e verificar empiricamente a validade dessas hipóteses. Para tal, essa seção está dividida em 2 subseções: na primeira, descrevem-se possíveis relações entre alguns desses determinantes e a despesa pública; na segunda, os modelos estimados e os resultados obtidos são expostos.

V. 1 Hipóteses

Dentre as variáveis políticas que se espera ter efeitos sobre o volume e a qualidade dos gastos públicos, destacam-se: a taxa de participação política, o índice de competitividade política, o grau de fragmentação partidária, os ciclos eleitorais e a orientação ideológica dos governos estaduais.

De posse das variáveis políticas citadas acima, a questão central é: como se relaciona cada uma dessas variáveis com a despesa total e por função econômica (social, de *overhead* e de infra-estrutura)?

De acordo com a seção anterior, quanto mais a população participa do processo político por meio do voto, melhor é a administração pública dos recursos estaduais, tendo em vista que os eleitores poderão mostrar nas urnas as suas aprovações ou desaprovações em relação à gestão dos governos estaduais. Portanto, espera-se que nos estados com alta taxa de

participação política da população, as despesas sociais e de infra-estrutura sejam maiores. Em contrapartida, as despesas de *overhead* devem ser menores. Desse modo, pode-se dizer que nos estados com alta taxa de participação do eleitorado, a qualidade do gasto é melhor que a dos estados que apresentam um valor baixo para essa taxa.

Para o índice de competitividade política, espera-se que este tenha uma relação inversa com o volume de despesa pública. Em outras palavras, os sistemas políticos competitivos ao propiciarem um maior grau de informação para o eleitorado, assim como uma maior transparência da administração estadual, acaba por tornar o comportamento fiscal dos estados mais disciplinado. Portanto, quanto maior o grau de competitividade política menor o nível de gasto. Soma-se a isso, a hipótese de um menor nível de gastos de *overhead*, e conseqüentemente, uma maior qualidade dos gastos públicos.

Diferentemente do índice de competitividade, a fragmentação do sistema partidário tem uma relação direta com a despesa pública. Em sistemas políticos fragmentados observa-se um alto nível de despesa pública. Quando o governo é composto por vários partidos, este tende a conceder benefícios aos diferentes grupos em troca de apoio político. Desse modo, a demanda por recursos públicos que viabilizem essas negociações é suprida por políticas fiscais expansionistas. Nesse caso, espera-se que os gastos de *overhead* tenham alta participação nas despesas totais, ao contrário das despesas sociais e de infra-estrutura, contribuindo para uma piora na qualidade dos gastos públicos.

Em relação aos ciclos eleitorais, pode-se distinguir duas posturas fiscais distintas por parte da gestão estadual: uma, nos anos eleitorais, caracterizada por um aumento das despesas públicas; outra, nos anos pós-eleitorais, quando ocorre uma redução dos gastos. Em anos eleitorais, as autoridades tendem a expandir os gastos com o intuito de aumentar o bem-estar da população, e assim, se reelegerem na próxima eleição. Em geral as chances de reeleição estão associadas ao volume de gastos efetuados pela gestão atual. Já nos anos pós-eleitorais, as autoridades são incentivadas a limitar os gastos a fim de mitigar os efeitos inflacionários decorrentes dos anos eleitorais, caso contrário, a população poderá punir por meio do voto a performance do governo.

Quanto à orientação ideológica, estudos sobre o assunto mostram que governos de esquerda gastam mais que os de direita. Os partidos de esquerda, em geral, defendem uma maior intervenção do Estado, por acharem que muitos dos problemas sociais devem ser resolvidos por políticas públicas. Portanto, governos de esquerda devem direcionar grande parte de seus recursos aos gastos sociais. Enquanto, nos governos de direita, mais conservadores, a atenção à situação social é menor.

A tabela V.1 permite a visualização dessas informações ao mostrar os possíveis efeitos de cada uma dessas variáveis sobre a despesa total e sua composição (despesas sociais, de infraestrutura e de *overhead*). Na última coluna da tabela, pode-se observar de que maneira essas variáveis influenciam a qualidade do gasto.

Tabela V.1:
Efeito esperado das variáveis políticas sobre a despesa pública

Variáveis Políticas	Despesa Total	Despesa Social	Despesa de Infra-Estrutura	Despesa de Overhead	Qualidade do Gasto
Taxa de participação do eleitorado	Ambíguo	+	+	-	+
Grau de competitividade	-	+	+	-	+
Taxa de fragmentação partidária	+	-	-	+	-
Ciclo eleitoral	+	Ambíguo	Ambíguo	Ambíguo	Ambíguo
Partidos de esquerda	+	+	+	-	+
Partidos de centro-esquerda	+	+	+	-	+
Partidos de centro	Ambíguo	Ambíguo	Ambíguo	+	Ambíguo
Partidos de direita	-	-	+	Ambíguo	Ambíguo

Fonte: Elaboração Própria

V.2. Metodologia e Resultados

De acordo com a subseção anterior, espera-se que haja alguma influência dos determinantes políticos já descritos sobre a composição e a qualidade da despesa estadual. Para verificar as hipóteses formuladas anteriormente, foram estimados 4 modelos diferentes para cada três grupos de variáveis dependentes. O primeiro grupo de variáveis dependentes refere-se às despesas totais estaduais e por função econômica *per capita*; o segundo grupo diz respeito à proporção das despesas sociais, de infra-estrutura e de *overhead*; por último, tem-se a qualidade dos gastos públicos como variável dependente. Esta pondera com peso decrescente a participação das despesas sociais, de infra estrutura e de *overhead*, nessa ordem.

Em todos os modelos estimados foram incorporadas variáveis socioeconômicas para controlar a heterogeneidade estrutural de cada estado brasileiro. As variáveis usadas foram as seguintes: PIB, grau de industrialização, grau de urbanização, índice de Gini, proporção de pobres, intensidade da pobreza, taxa de desemprego e de inflação.

Conforme será mostrado a seguir, incluiu-se no primeiro modelo somente as variáveis de controle. Posteriormente, a cada especificação, foram inseridas progressivamente as variáveis políticas. As equações estimadas foram as seguintes:

$$(5.1) \text{LogDespPC}_{i,t} = \alpha_1 + \alpha_2 \text{LogPIBPC}_{i,t} + \alpha_3 \text{Ind}_{i,t} + \alpha_4 \text{Urb}_{i,t} + \alpha_5 \text{Desi}_{i,t} + \alpha_6 \text{P0}_{i,t} + \alpha_7 \text{P1}_{i,t} + \alpha_8 \text{Desemp}_{i,t} + \alpha_9 \text{LogInfl}_{i,t}$$

$$(5.2) \text{LogDespPC}_{i,t} = \beta_1 + \beta_2 \text{LogPIBPC}_{i,t} + \beta_3 \text{Ind}_{i,t} + \beta_4 \text{Urb}_{i,t} + \beta_5 \text{Desi}_{i,t} + \beta_6 \text{P0}_{i,t} + \beta_7 \text{P1}_{i,t} + \beta_8 \text{Desemp}_{i,t} + \beta_9 \text{LogInfl}_{i,t} \\ + \beta_{10} \text{Part}_{i,t} + \beta_{11} \text{Frag}_{i,t} + \beta_{12} \text{Comp}_{i,t}$$

$$(5.3) \text{LogDespPC}_{i,t} = \theta_1 + \theta_2 \text{LogPIBPC}_{i,t} + \theta_3 \text{Ind}_{i,t} + \theta_4 \text{Urb}_{i,t} + \theta_5 \text{Desi}_{i,t} + \theta_6 \text{P0}_{i,t} + \theta_7 \text{P1}_{i,t} + \theta_8 \text{Desemp}_{i,t} + \theta_9 \text{LogInfl}_{i,t} + \\ + \theta_{10} \text{Part}_{i,t} + \theta_{11} \text{Frag}_{i,t} + \theta_{12} \text{Comp}_{i,t} + \theta_{13} \text{Elet}_{i,t} + \theta_{14} \text{Pelet}_{i,t}$$

$$(5.4) \text{LogDespPC}_{i,t} = \gamma_1 + \gamma_2 \text{LogPIBPC}_{i,t} + \gamma_3 \text{Ind}_{i,t} + \gamma_4 \text{Urb}_{i,t} + \gamma_5 \text{Desi}_{i,t} + \gamma_6 \text{P0}_{i,t} + \gamma_7 \text{P1}_{i,t} + \gamma_8 \text{Desemp}_{i,t} + \gamma_9 \text{LogInfl}_{i,t} + \\ + \gamma_{10} \text{Part}_{i,t} + \gamma_{11} \text{Frag}_{i,t} + \gamma_{12} \text{Comp}_{i,t} + \gamma_{13} \text{Elet}_{i,t} + \gamma_{14} \text{Pelet}_{i,t} + \gamma_{15} \text{Esq}_{i,t} + \gamma_{16} \text{Cesq}_{i,t} + \gamma_{17} \text{Dir}_{i,t}$$

onde, DespPC: Despesa total *per capita*; PIBPC: PIB *per capita*; Ind: Grau de industrialização; Urb: Grau de urbanização; Desi: Índice de Gini; PO: Proporção de pobres; P1: Intensidade de pobreza; Desemp: Taxa de desemprego; Inf: Taxa de inflação; Part: Taxa de participação política do eleitorado; Frag: Índice de fragmentação política; Comp: Índice de competitividade; Elet: *Dummy* do ano eleitoral; Pelet: *Dummy* de ano pré-eleitoral; Poelet: *Dummy* de ano pós-eleitoral; Esq: *Dummy* para partidos de esquerda; Cesq: *Dummy* para partidos de centro-esquerda; Dir: *Dummy* para partidos de direita; i =Estado e t =Ano.

Note-se que nas equações acima, para exemplificação, a variável dependente regredida é a despesa total per capita. Para cada tipo de gasto (demais variáveis dependentes) se utilizou as mesmas 4 especificações.

Para a formulação das especificações acima organizou-se as variáveis explicativas em três grupos. No primeiro grupo foram incluídas variáveis que refletissem as características do sistema de representação partidária tais como, taxa de participação política da população, grau de competitividade e índice de fragmentação partidária. O segundo grupo de variáveis refere-se às *dummies* para os anos de pré-eleição, de eleição e de pós-eleição, que refletem a postura dos administradores públicos frente a possibilidade de reeleição. Por último, o terceiro grupo é composto pelas variáveis *dummies* de orientação ideológica, que revelam as preferências, de acordo com a orientação política do governador, em relação à composição dos gastos. Feita essa divisão, partiu-se para a inclusão progressiva de cada grupo de variáveis explicativas de modo que na última especificação tem-se os três grupos de variáveis explicativas mais as variáveis socioeconômicas.

As estimações econométricas das equações anteriores foram realizadas através de um *pool* de dados dos 27 estados brasileiros no período 1983/99. A opção pela estimação com dados em painel se deve ao grande número de informações dos estados ao longo do tempo a serem combinadas. Ao todo foram obtidas 373 observações, o que permitiu não só obter um número maior de graus de liberdade como reduzir os problemas derivados da colinearidade das variáveis explicativas.

O método utilizado para a estimação dos dados em painel foi o dos mínimos quadrados generalizados (GLS). A opção por tal método se deve à presença de heterocedasticidade, isto é, a variância dos distúrbios da função de regressão da despesa não é constante. Caso o método escolhido tivesse sido o dos mínimos quadrados generalizados (OLS), os estimadores obtidos não seriam eficientes, mesmo sendo lineares e não-viesados. Na verdade a estimação por GLS nada mais é que a aplicação do método OLS após algumas transformações nas variáveis do modelo, que tornam a variância do distúrbio homocedástica, permitindo, assim, que os estimadores sejam eficientes.

Além disso, o método GLS foi utilizado com efeitos fixos, isto é, *dummies* para cada estado que capturam os efeitos das variáveis omitidas do modelo e que não estão correlacionadas com as variáveis explicativas. As *dummies* para cada estado são supostas constantes, captando as especificidades de cada Unidade Federativa.

Os resultados obtidos na estimação econométrica são mostrados nas tabelas que se seguem. De acordo com a tabela V.2, a taxa de participação política da população e o grau de competitividade política afetam positivamente as despesas totais *per capita*. Esse resultado difere do esperado no caso do grau de competitividade, que se supunha afetar negativamente as despesas totais. No caso da taxa de fragmentação partidária, tem-se que apesar desta apresentar o sinal esperado (positivo) para os três modelos, no modelo 4 o coeficiente não é significativo.

A tabela também informa que os governos estaduais gastam mais em anos eleitorais e pré-eleitorais confirmando a hipótese da existência de ciclos eleitorais. Nos anos pós-eleitorais não se verifica nenhuma relação com a despesa per capita, dado que os coeficientes não são significativos. Entretanto, note que o sinal do coeficiente é negativo, apontando na direção de uma redução dos gastos nesse período. Em relação à orientação ideológica, tem-se sinal positivo para as variáveis referentes aos partidos de centro-esquerda e esquerda, sendo que para essa última o coeficiente não é significativo de acordo com a estatística “t”. Quanto aos partidos de direita, o sinal encontrado é negativo e não significativo, o que não permite afirmar nada a respeito da sua influência sobre a despesa total.

A análise dos resultados quando a variável dependente é a despesa social per capita (tabela V.3) não difere em praticamente nada dos resultados expostos acima. A tabela indica que quanto maior a participação da população no processo político e o grau de competitividade (exceto no modelo 2), maior os gastos estaduais sociais *per capita*. O índice de fragmentação também afeta positivamente os gastos sociais, contrariando a hipótese de que em sistemas políticos fragmentados os gastos sociais são menores. Para as variáveis referentes aos ciclos eleitorais observa-se que em anos pré-eleitorais (somente no modelo 4) e eleitorais os gastos sociais são maiores. Para os anos pós-eleitorais observa-se o coeficiente com sinal positivo, porém não significativo no modelo 4. Quanto à orientação ideológica, nada se pode afirmar sobre a sua influência nas despesas sociais, apesar dos coeficientes apresentarem os sinais esperados, isto é, positivo e negativo para os governos de esquerda e direita, respectivamente.

No caso das despesas de *overhead per capita*, esperava-se que essa tivesse uma relação inversa com a taxa de participação do eleitorado. Entretanto, não é isso que se observa na tabela V.4. Nos três modelos tem-se o coeficiente dessa variável explicativa é positivo e significativo, o que confirma a consistência da relação encontrada. Além disso, verifica-se que o índice de fragmentação partidária não tem efeito algum sobre a despesa de overhead, dado que para as três especificações o coeficiente é insignificante. O mesmo se pode inferir para o grau de competitividade do sistema político, que apresenta apenas o coeficiente do modelo 2 significativo e com o sinal esperado (negativo). No que se refere aos anos eleitorais e pré-eleitorais, observa-se um aumento dos gastos de *overhead* nesse período. A tabela também mostra que nos governos de esquerda e de centro-esquerda tais despesas são maiores. Esse resultado vai de encontro ao que se esperava, dado que se supunha que nesses governos as despesas de *overhead* fossem menores e as despesas sociais maiores.

Por último, da tabela V.5 pode-se extrair as seguintes informações: à maior competitividade política, maior a despesa de infra-estrutura *per capita*; em anos eleitorais essa despesa também é mais elevada; e, governos de esquerda gastam menos em infra-estrutura.

Tabela V.2: Determinantes Políticos das Despesas Totais *per capita*

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	MODELO	MODELO	MODELO	MODELO
	1	2	3	4
PIB PER CAPITA	0.038 (4.773)	0.020 (2.102)	0.009 (0.931)	0.007 (0.719)
GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	0.045 (5.293)	0.036 (4.236)	0.007 (0.748)	0.000 (0.039)
GRAU DE URBANIZAÇÃO	-0.087 (-3.625)	-0.105 (-3.635)	-0.057 (-1.974)	-0.038 (-1.321)
DESIGUALDADE	0.076 (2.894)	0.103 (3.804)	0.091 (3.525)	0.083 (3.259)
PROPORÇÃO DE POBRES	-0.0009 (-4.033)	-0.0005 (-2.122)	-0.0002 (-0.985)	-0.0001 (-0.363)
INTENSIDADE DE POBREZA	-0.001 (-2.206)	-0.002 (-4.223)	-0.002 (-4.029)	-0.002 (-4.046)
DESEMPREGO	0.000 (0.909)	0.001 (1.679)	0.001 (2.193)	0.001 (1.643)
INFLAÇÃO	0.008 (5.663)	0.004 (2.753)	-0.003 (-1.502)	-0.004 (-2.082)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		0.070 (4.746)	0.077 (5.333)	0.073 (4.654)
FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA		0.030 (3.213)	0.019 (2.130)	0.008 (0.861)
COMPETITIVIDADE POLÍTICA		0.001 (1.023)	0.002 (3.352)	0.003 (4.223)
ANO ELEITORAL			0.011 (5.367)	0.013 (5.953)
ANO PRÉ-ELEITORAL			0.004 (2.516)	0.005 (2.863)
ANO PÓS-ELEITORAL			-0.001 (-0.603)	-0.001 (-0.696)
ESQUERDA				0.002 (0.865)
CENTRO-ESQUERDA				0.008 (3.077)
DIREITA				-0.0004 (-0.206)
R ²	0.999	0.999	0.999	0.999
R ² - Ajustado	0.999	0.999	0.999	0.999
Desvio Padrão	0.015	0.014	0.013	0.013
F-estatístico	65105	28444	28282	24442
Durbin Watson	1.482	1.559	1.564	1.564
Nºde Observações	397	373	373	369

Tabela V.3: Determinantes Políticos das Despesas Sociais *per capita*

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	MODELO	MODELO	MODELO	MODELO
	1	2	3	4
PIB PER CAPITA	0.018 (1.810)	0.007 (0.747)	0.012 (1.172)	0.011 (1.105)
GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	0.039 (4.220)	0.040 (4.758)	0.024 (2.535)	0.015 (1.449)
GRAU DE URBANIZAÇÃO	0.041 (1.488)	0.006 (0.197)	0.034 (1.135)	0.048 (1.551)
DESIGUALDADE	0.092 (3.158)	0.063 (2.336)	0.056 (2.064)	0.059 (2.161)
PROPORÇÃO DE POBRES	-0.002 (-6.171)	-0.001 (-4.985)	-0.001 (-4.330)	-0.001 (-3.835)
INTENSIDADE DE POBREZA	0.0004 (1.007)	-0.0004 (-1.078)	-0.0002 (-0.564)	-0.0002 (-0.541)
DESEMPREGO	-0.0002 (-0.438)	-0.0002 (-0.384)	-0.0001 (-0.202)	-0.0001 (-0.203)
INFLAÇÃO	0.007 (5.005)	0.005 (3.132)	0.001 (0.765)	-0.0001 (-0.035)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		0.098 (6.527)	0.089 (5.780)	0.083 (5.023)
FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA		0.027 (3.039)	0.022 (2.428)	0.016 (1.739)
COMPETITIVIDADE POLÍTICA		0.001 (1.024)	0.001 (2.129)	0.002 (2.477)
ANO ELEITORAL			0.009 (4.089)	0.010 (4.580)
ANO PRÉ-ELEITORAL			0.002 (1.337)	0.003 (1.769)
ANO PÓS-ELEITORAL			0.003 (1.759)	0.002 (1.562)
ESQUERDA				0.003 (1.197)
CENTRO-ESQUERDA				0.003 (1.310)
DIREITA				-0.001 (-0.299)
R ²	0.999	0.999	0.999	0.999
R ² - Ajustado	0.999	0.999	0.999	0.999
Desvio Padrão	0.016	0.014	0.013	0.013
F-estatístico	40814	37897	28016	23696
Durbin Watson	1.015	1.117	1.074	1.109
Nºde Observações	397	373	373	369

Tabela V.4: Determinantes Políticos das Despesas de *Overhead per capita*

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	MODELO	MODELO	MODELO	MODELO
	1	2	3	4
PIB PER CAPITA	0.016 (1.257)	-0.002 (-0.141)	-0.012 (-0.821)	-0.011 (-0.779)
GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	0.034 (2.918)	0.017 (1.319)	-0.003 (-0.225)	-0.014 (-0.946)
GRAU DE URBANIZAÇÃO	0.019 (0.582)	0.113 (2.528)	0.149 (3.191)	0.166 (3.555)
DESIGUALDADE	0.135 (3.485)	0.126 (3.106)	0.108 (2.647)	0.088 (2.148)
PROPORÇÃO DE POBRES	-0.001 (-2.152)	0.000 (-1.185)	0.000 (-0.733)	0.000 (0.014)
INTENSIDADE DE POBREZA	-0.001 (-2.439)	-0.002 (-2.735)	-0.001 (-2.358)	-0.001 (-2.423)
DESEMPREGO	0.0003 (0.528)	0.001 (1.407)	0.001 (1.197)	0.0002 (0.371)
INFLAÇÃO	0.005 (2.492)	0.001 (0.444)	-0.005 (-1.521)	-0.006 (-2.128)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		0.065 (3.030)	0.078 (3.515)	0.078 (3.332)
FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA		0.014 (1.084)	0.008 (0.659)	-0.009 (-0.725)
COMPETITIVIDADE POLÍTICA		-0.002 (-2.068)	-0.001 (-0.810)	0.001 (0.673)
ANO ELEITORAL			0.009 (2.805)	0.012 (3.618)
ANO PRÉ-ELEITORAL			0.005 (1.869)	0.006 (2.289)
ANO PÓS-ELEITORAL			0.000 (-0.091)	-0.001 (-0.276)
ESQUERDA				0.011 (2.378)
CENTRO-ESQUERDA				0.014 (3.548)
DIREITA				0.00002 (0.008)
R ²	0.995	0.994	0.995	0.996
R ² - Ajustado	0.995	0.993	0.994	0.995
Desvio Padrão	0.021	0.019	0.019	0.019
F-estatístico	10948	5469	4871	4963
Durbin Watson	1.426	1.513	1.507	1.503
Nºde Observações	397	373	373	369

Tabela V.5: Determinantes Políticos das Despesas de Infra-Estrutura *per capita*

VARIÁVIES EXPLICATIVAS	MODELO	MODELO	MODELO	MODELO
	1	2	3	4
PIB PER CAPITA	0.060 (1.551)	0.063 (3.099)	0.043 (2.128)	0.080 (1.800)
GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	-0.013 (-0.369)	0.054 (2.502)	-0.015 (-0.635)	-0.029 (-0.598)
GRAU DE URBANIZAÇÃO	-0.603 (-5.643)	-0.445 (-6.197)	-0.332 (-4.648)	-0.816 (-5.497)
DESIGUALDADE	-0.051 (-0.474)	0.067 (1.204)	0.041 (0.766)	0.001 (0.012)
PROPORÇÃO DE POBRES	0.003 (2.923)	0.000 (0.470)	0.001 (1.559)	0.002 (1.918)
INTENSIDADE DE POBREZA	-0.005 (-3.405)	-0.003 (-3.745)	-0.003 (-3.470)	-0.004 (-2.174)
DESEMPREGO	0.003 (1.855)	0.001 (0.734)	0.001 (1.057)	0.001 (0.531)
INFLAÇÃO	0.008 (1.412)	0.010 (2.786)	-0.006 (-1.308)	-0.006 (-0.612)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		0.031 (0.949)	0.042 (1.277)	-0.065 (-0.924)
FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA		0.042 (2.124)	0.017 (0.876)	0.025 (0.547)
COMPETITIVIDADE POLÍTICA		0.004 (2.335)	0.007 (4.377)	0.010 (3.097)
ANO ELEITORAL			0.023 (4.881)	0.022 (2.165)
ANO PRÉ-ELEITORAL			0.009 (2.478)	0.003 (0.400)
ANO PÓS-ELEITORAL			-0.004 (-1.064)	-0.013 (-1.678)
ESQUERDA				-0.028 (-2.093)
CENTRO-ESQUERDA				-0.007 (-0.591)
DIREITA				0.008 (0.849)
R ²	0.684	0.996	0.996	0.695
R ² - Ajustado	0.654	0.995	0.996	0.655
Desvio Padrão	0.072	0.034	0.033	0.069
F-estatístico	112	7696	7118	46
Durbin Watson	1.303	1.402	1.417	1.424
Nºde Observações	397	373	373	369

Nas próximas tabelas são apresentados os resultados obtidos ao se regressar as despesas sociais, de *overhead* e de infra-estrutura, todas em proporção, sobre as variáveis políticas. A tabela V.6 informa que a taxa de participação política da população influi na proporção das despesas sociais somente no modelo 2. No caso da taxa de fragmentação partidária verifica-se uma relação positiva com a variável dependente em todos os modelos, indicando consistência nessa relação. Entretanto, conforme já foi salientado, esse resultado contraria uma das hipóteses formuladas na subseção anterior. Para o grau de competitividade não foi encontrada nenhuma associação com as despesas sociais. No que se refere aos incentivos do governo em se reeleger, não se constata um aumento da proporção das despesas sociais em anos pré-eleitorais ou nos anos eleitorais, e sim, após as eleições. Note que na tabela V.6, a orientação ideológica do governo não influi nos gastos, o que não permite inferir que governos de esquerda direcionam uma maior proporção dos recursos públicos para as despesas sociais.

No que diz respeito à proporção das despesas de *overhead*, os resultados não estão de acordo com o esperado no caso da fragmentação política. Essa variável é negativa e significativa no modelo 4, indicando que a proporção dos gastos de *overhead* são menores em sistemas com alta fragmentação política. Já para o índice de competitividade os resultados são satisfatórios, uma vez que revelam uma proporção menor desses gastos em sistemas com maior competitividade política. Um outro dado que se pode extrair da tabela e que causa surpresa é a alta proporção dos gastos de *overhead* em governos de esquerda e centro-esquerda.

Já na tabela V.8 pode-se notar que em sistemas competitivos a proporção das despesas de infra-estrutura são maiores. Essa mesma relação é observada para os anos eleitorais. Nos anos pós-eleitorais tem-se que esses gastos diminuem de acordo com o modelo 4. Por fim, pode-se afirmar que nos governos de esquerda, os gastos em infra-estrutura têm uma participação menor.

Por último, deve-se analisar como se comporta a qualidade dos gastos públicos frente aos determinantes políticos. De acordo com a tabela V.9, a taxa de participação do eleitorado não afeta a qualidade do gasto. Soma-se a isso, as evidências empíricas de que sistemas

fragmentados aumentam a qualidade do gasto. Tal resultado contradiz a idéia de que em sistemas fragmentados os gastos de overhead são maiores e os gastos sociais menores levando a uma piora da qualidade do gasto. Em relação ao segundo grupo de variáveis políticas, a tabela não revela nenhuma ligação destas sobre a variável dependente em questão. Esse resultado também é válido no caso da orientação ideológica do administrador estadual.

Tabela V.6: Determinantes Políticos da Proporção das Despesas Sociais

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	MODELO	MODELO	MODELO	MODELO
	1	2	3	4
PIB PER CAPITA	-0.007 (-0.039)	0.119 (0.688)	0.214 (1.197)	0.310 (1.631)
GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	0.229 (1.494)	0.148 (0.881)	0.326 (1.648)	0.321 (1.540)
GRAU DE URBANIZAÇÃO	1.475 (3.380)	1.088 (1.902)	1.056 (1.808)	1.049 (1.730)
DESIGUALDADE	-0.606 (-1.233)	-1.257 (-2.834)	-1.155 (-2.568)	-0.855 (-1.876)
PROPORÇÃO DE POBRES	-0.012 (-2.779)	-0.012 (-2.865)	-0.014 (-3.378)	-0.013 (-3.015)
INTENSIDADE DE POBREZA	0.027 (3.859)	0.024 (3.634)	0.027 (3.895)	0.025 (3.635)
DESEMPREGO	-0.010 (-1.405)	-0.009 (-1.304)	-0.012 (-1.715)	-0.010 (-1.420)
INFLAÇÃO	0.040 (1.596)	0.011 (0.358)	0.063 (1.616)	0.068 (1.678)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		0.647 (2.504)	0.418 (1.538)	0.249 (0.853)
FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA		0.261 (1.675)	0.277 (1.765)	0.292 (1.788)
COMPETITIVIDADE POLÍTICA		0.002 (0.134)	-0.008 (-0.610)	-0.010 (-0.730)
ANO ELEITORAL			-0.026 (-0.641)	-0.027 (-0.661)
ANO PRÉ-ELEITORAL			-0.008 (-0.234)	-0.013 (-0.399)
ANO PÓS-ELEITORAL			0.073 (2.409)	0.077 (2.509)
ESQUERDA				0.050 (0.981)
CENTRO-ESQUERDA				-0.057 (-1.165)
DIREITA				-0.002 (-0.065)
R ²	0.702	0.613	0.635	0.648
R ² - Ajustado	0.674	0.570	0.590	0.601
Desvio Padrão	0.264	0.232	0.230	0.230
F-estatístico	122	53	44	37
Durbin Watson	1.351	1.513	1.525	1.525
Nºde Observações	397	373	373	369

Tabela V.7: Determinantes Políticos da Proporção das Despesas de *Overhead*

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	MODELO	MODELO	MODELO	MODELO
	1	2	3	4
PIB PER CAPITA	-0.064 (-0.299)	-0.232 (-1.040)	-0.217 (-0.942)	-0.245 (-1.027)
GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	-0.049 (-0.243)	-0.206 (-0.992)	-0.052 (-0.204)	-0.165 (-0.640)
GRAU DE URBANIZAÇÃO	2.298 (3.964)	3.764 (5.193)	3.494 (4.616)	3.447 (4.513)
DESIGUALDADE	0.819 (1.402)	0.643 (1.200)	0.611 (1.106)	0.525 (0.921)
PROPORÇÃO DE POBRES	0.001 (0.257)	0.004 (0.789)	0.003 (0.557)	0.005 (0.873)
INTENSIDADE DE POBREZA	-0.002 (-0.283)	-0.002 (-0.261)	-0.004 (-0.440)	-0.005 (-0.591)
DESEMPREGO	-0.014 (-1.563)	0.001 (0.084)	0.001 (0.137)	-0.001 (-0.132)
INFLAÇÃO	-0.038 (-1.167)	-0.043 (-1.106)	-0.013 (-0.251)	-0.033 (-0.616)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		0.060 (0.188)	0.096 (0.283)	0.253 (0.696)
FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA		-0.246 (-1.200)	-0.209 (-0.997)	-0.381 (-1.698)
COMPETITIVIDADE POLÍTICA		-0.041 (-2.657)	-0.048 (-2.811)	-0.035 (-2.001)
ANO ELEITORAL			-0.080 (-1.473)	-0.055 (-0.997)
ANO PRÉ-ELEITORAL			-0.003 (-0.077)	0.003 (0.066)
ANO PÓS-ELEITORAL			-0.018 (-0.437)	-0.017 (-0.415)
ESQUERDA				0.171 (2.373)
CENTRO-ESQUERDA				0.137 (2.141)
DIREITA				0.028 (0.647)
R ²	0.739	0.720	0.710	0.727
R ² - Ajustado	0.715	0.689	0.675	0.691
Desvio Padrão	0.348	0.321	0.322	0.321
F-estatístico	147	86	63	54
Durbin Watson	1.340	1.445	1.449	1.437
Nºde Observações	397	373	373	369

Tabela V.8: Determinantes Políticos da Proporção das Despesas de Infra-Estrutura

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	MODELO	MODELO	MODELO	MODELO
	1	2	3	4
PIB PER CAPITA	0.360 (1.362)	0.708 (2.333)	0.549 (1.750)	0.573 (1.754)
GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	0.079 (0.262)	0.445 (1.358)	-0.155 (-0.408)	-0.105 (-0.279)
GRAU DE URBANIZAÇÃO	-4.944 (-5.650)	-7.511 (-6.729)	-6.703 (-5.869)	-6.350 (-5.680)
DESIGUALDADE	-0.642 (-0.802)	0.076 (0.096)	-0.157 (-0.199)	-0.385 (-0.496)
PROPORÇÃO DE POBRES	0.016 (2.244)	0.013 (1.594)	0.019 (2.321)	0.011 (1.371)
INTENSIDADE DE POBREZA	-0.036 (-3.025)	-0.034 (-2.655)	-0.033 (-2.640)	-0.023 (-1.859)
DESEMPREGO	0.020 (1.529)	0.005 (0.338)	0.005 (0.354)	0.005 (0.343)
INFLAÇÃO	0.098 (2.095)	0.139 (2.556)	-0.004 (-0.052)	-0.008 (-0.109)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		-0.717 (-1.497)	-0.551 (-1.118)	-0.524 (-1.001)
FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA		0.280 (0.959)	0.143 (0.487)	0.227 (0.703)
COMPETITIVIDADE POLÍTICA		0.048 (2.045)	0.082 (3.187)	0.086 (3.342)
ANO ELEITORAL			0.188 (2.546)	0.159 (2.116)
ANO PRÉ-ELEITORAL			0.054 (0.914)	0.052 (0.874)
ANO PÓS-ELEITORAL			-0.074 (-1.361)	-0.094 (-1.736)
ESQUERDA				-0.277 (-2.974)
CENTRO-ESQUERDA				-0.057 (-0.684)
DIREITA				0.052 (0.779)
R ²	0.757	0.773	0.788	0.804
R ² - Ajustado	0.734	0.748	0.763	0.778
Desvio Padrão	0.504	0.487	0.482	0.475
F-estatístico	161	114	95	83
Durbin Watson	1.217	1.289	1.320	1.349
Nºde Observações	397	373	373	369

Tabela V.9: Determinantes Políticos da Qualidade do Gasto Público

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	MODELO	MODELO	MODELO	MODELO
	1	2	3	4
PIB PER CAPITA	0.008 (0.103)	0.158 (1.944)	0.164 (1.942)	0.202 (2.325)
GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	0.100 (1.620)	0.191 (2.849)	0.193 (2.395)	0.224 (2.580)
GRAU DE URBANIZAÇÃO	-0.293 (-1.677)	-1.061 (-4.851)	-1.046 (-4.641)	-1.065 (-4.338)
DESIGUALDADE	-0.325 (-1.633)	-0.376 (-1.936)	-0.379 (-1.908)	-0.282 (-1.394)
PROPORÇÃO DE POBRES	-0.003 (-1.684)	-0.004 (-2.364)	-0.004 (-2.347)	-0.005 (-2.407)
INTENSIDADE DE POBREZA	0.005 (1.523)	0.005 (1.469)	0.005 (1.518)	0.005 (1.442)
DESEMPREGO	0.002 (0.676)	0.000 (0.107)	0.000 (-0.004)	0.001 (0.349)
INFLAÇÃO	0.025 (2.496)	0.029 (2.395)	0.030 (1.811)	0.038 (2.179)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		0.156 (1.411)	0.144 (1.218)	0.124 (0.980)
FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA		0.150 (2.397)	0.146 (2.273)	0.161 (2.374)
COMPETITIVIDADE POLÍTICA		0.012 (2.372)	0.012 (2.099)	0.009 (1.522)
ANO ELEITORAL			0.001 (0.073)	-0.005 (-0.266)
ANO PRÉ-ELEITORAL			0.003 (0.184)	-0.001 (-0.065)
ANO PÓS-ELEITORAL			0.006 (0.411)	0.007 (0.531)
ESQUERDA				-0.013 (-0.562)
CENTRO-ESQUERDA				-0.019 (-0.922)
DIREITA				0.017 (1.135)
R ²	0.985	0.978	0.977	0.976
R ² - Ajustado	0.984	0.976	0.974	0.973
Desvio Padrão	0.114	0.101	0.101	0.100
F-estatístico	3408	1491	1065	824
Durbin Watson	1.285	1.397	1.393	1.403
Nºde Observações	397	373	373	369

VI. CONCLUSÃO

A análise da evolução das despesas estaduais totais no período 1983/2000 mostra que estas cresceram mais de 100%, passando de 63 bilhões em 1983, para 133 bilhões de Reais de 1999. A região Sudeste é responsável por mais da metade desses gastos, o que é justificado, em parte, pela sua importância demográfica (43% da população brasileira). No que se refere às despesas totais por habitante, observa-se um crescimento de 57% no período analisado, tendo sido esse aumento evidente para todas as regiões. Entretanto, é bom ressaltar que esse aumento foi desigual tanto a nível regional como estadual.

Em relação à composição dos gastos estaduais, observa-se um aumento das despesas sociais de 39% em 1983 para 41% em 2000 e das despesas de *overhead* de 32% para 43%. Já as despesas de infra-estrutura sofreram uma redução no mesmo período. Desse modo, pode-se dizer que o aumento das despesas de *overhead* teve como contrapartida uma redução nas despesas de infra-estrutura.

Em função dessa evolução da composição das despesas estaduais, o índice de qualidade, descrito na seção 3, informa que a qualidade dos gastos piorou entre 1983 e 2000, passando de 1.87 para 1.81. A única região a apresentar uma melhora na qualidade dos gastos foi a região Norte. As demais regiões sofreram uma pequena redução no índice ao longo do período, exceto a região Nordeste (redução de 1.89 para 1.78).

Quanto aos determinantes políticos, a seção 4 informa que a taxa de participação política da população vem se reduzindo ao longo das últimas eleições. Em 1982, essa taxa correspondia a 0.85, e em 1998, esta se reduziu para 0.79.

Ao contrário da taxa de participação do eleitorado, o grau de competitividade política e de fragmentação partidária vem apresentando uma tendência crescente nas últimas eleições. O grau de competição política que correspondia a 0.64 na eleição de 1982 passou para 4.10 em 1998. Já o índice de fragmentação partidária pulou de 0.77 em 1986 para 0.91 em 1998.

De posse das informações fornecidas nas seções 3 e 4, a penúltima seção desse trabalho teve como objetivo testar as hipóteses acerca da influência das variáveis políticas sobre o nível da despesa e sobre a composição e a qualidade dos gastos. Para tanto, utilizou-se dados em painel para a análise econométrica.

Os resultados encontrados apontam que quanto maior a taxa de participação política do eleitorado e o grau de competitividade política maior os gastos estaduais. No caso da fragmentação política, também encontrou-se uma relação positiva com as despesas totais, entretanto o seu coeficiente não é significativo no modelo 4. É bom acrescentar, que os resultados encontrados para essa variável política mostrou-se insatisfatório, contrariando os esperados para todas as variáveis dependentes. Talvez o índice utilizado nesse trabalho não tenha sido o mais apropriado.

Para as variáveis referentes aos ciclos políticos, tem-se que em anos eleitorais e pré-eleitorais as despesas totais são maiores, o que confirma a postura fiscal expansionista dos governantes perto das eleições. Esse mesmo resultado é encontrado no caso das despesas sociais.

Em relação aos gastos sociais, as evidências indicam que em sistemas políticos competitivos e com alta taxa de participação da população, os gastos sociais são maiores. Quanto à orientação ideológica, não se verificou uma relação que indique que os partidos de esquerda gastam mais no social.

Para as despesas de *overhead*, diferentemente do que se esperava, a taxa de participação do eleitor apresentou um sinal positivo e significativo em todos os modelos, o que indica consistência no resultado encontrado. O mesmo efeito é observado para as variáveis que dizem respeito aos anos eleitorais e pré-eleitorais. Por último, verificou-se, que os governos de esquerda gastam mais em *overhead*. Esse resultado não deixa de ser uma surpresa, dado que geralmente se associa a figura do governo de esquerda a maiores gastos no social e não em questões burocráticas.

Já para as despesas de infra-estrutura constatou-se que essas são: i) maiores em sistemas políticos competitivos; ii) maiores em anos eleitorais; iii) menores sob governos de esquerda.

No que tange às evidências encontradas tendo como variável dependente a proporção das despesas sociais, tem-se, novamente, que nada se pode afirmar sobre a influência dos governos de esquerda sobre a proporção desses gastos. O mesmo se pode dizer quanto ao grau de competitividade política, que apresentou todos os coeficientes não significativos. Embora as despesas sociais aumentem em anos eleitorais e pré-eleitorais, não se observa essa relação quando essa variável está em proporção.

No caso da proporção das despesas de *overhead*, constatou-se que esta se relaciona negativamente com o grau de competitividade política. Esse resultado confirma umas das hipóteses formuladas na seção 5. Além disso, a regressão mostra que a proporção das despesas de *overhead* são maiores sob governos de esquerda.

Para a proporção das despesas de infra-estrutura, encontrou-se as mesmas evidências mencionadas no caso dessa variável dependente em nível, o que leva a crer que os resultados obtidos são consistentes.

Por fim, regressou-se a variável qualidade do gasto público sobre as variáveis políticas. Pode-se notar que a maioria dos coeficientes obtidos são não significativos, o que não permite inferir conclusões acerca dos efeitos das variáveis explicativas sobre a qualidade dos gastos.

As únicas exceções são o grau de competitividade e o índice de fragmentação. Para a primeira variável, o sinal encontrado (positivo) está de acordo com o esperado, apesar de no último modelo o coeficiente ser insignificante. Para a fragmentação partidária, o sinal também é positivo, o que contraria as expectativas. Essa não significância da maioria dos coeficientes pode ser justificada, em parte, pela própria forma como foi calculado o índice de qualidade, que talvez não seja a mais adequada.

Em suma, esse trabalho teve como principal motivação estudar a composição dos gastos dos estados brasileiros no período 1983/1998. Conforme já foi salientado, os estudos nessa linha de pesquisa são escassos para os países desenvolvidos e inexistentes para os países latinos e o Brasil em particular. Portanto, por mais que algumas evidências empíricas não estejam de acordo com as hipóteses testadas, os resultados desse trabalho se mostram relevantes.

VII. REFERÊNCIAS

- Alesina A., Roubini N. (1992), “Political Cycles in OECD Economies”, *Review of Economics Studies*, Vol.59, pp. 663-688.
- Alesina, A. , Perotti R. (1995), “Fiscal Expansions and Adjustments in OECD Countries”, *Economic Policy*.
- Alt, J. , Robert L. (1994), “Divided Government, Fiscal Institutions and Budget Deficits: Evidence from the States.” *American Political Science Review*, Vol.88, pp. 811-829.
- Ames, B. (1987), “Political Survival: Politicians and Public Policy in Latin America”, Berkeley: University of California Press.
- Amorim O. N., Borsani H. (2001), “Os Determinantes Políticos do Comportamento Fiscal na América Latina”, PNUD
- Besley T., Case A. (1992) “Does Electoral Accountability Affect Economic Policy Choices? National Bureau of Economic Research, Paper nº4041
- Besley T., Case A. (1995), “Incumbent Behavior: Vote Seeking Tax Setting and Yardstick Competition”, *American Economic Review*, Vol.85, pp.25-45.

- Blais, A. e Richard N. (1992), “The Electoral Budget Cycle.” *Public Choice*, Vol.74, pp.389-403
- Blanco F. B. C.(2001) “O Comportamento Fiscal dos Estados Brasileiros e seus Determinantes Políticos”, *Economia*, Vol.2 n° 1, ANPEC
- Bosch, N. e Javier S. (1995) , “Seven Hypothesis About Public Choice and Local Spending.” *Public Finance*, Vol50, pp. 36-50.
- Cukierman A. , Meltzer A. H. (1986), “A Positive Theory of Discretionary Policy, the Costs of democratic Government, and the Benefits of a Constitution”, *Economic Inquiry*, Vol.24, pp. 367-388.
- Dao, M. Q. (1995), “Determinants of Government Expenditures: New Evidence from Disaggregative Data”, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, Vol.57, pp.67-76.
- Dickson V., Yu W. (1997), “Spending by Canadian Provincial Governments: Na Empirical Analysis”, *Public Finance*, Vol.52, pp.145-160.
- Downs, A. (1957), “An Economic Theory of Democracy”, (New York: Harper and Row)
- Hibbs D. A (1977), “Political Parties and Macroeconomic Policy”, *The American Political Science Review*, Vol.71, pp. 1467-1487.
- Kalecki M., “Political Aspects of Full Employment”, *Political Quartely*, pp.322-331
- Meneguim F. B., Bugarin M. S. (2001), “Reeleição e Política: Um Estudo dos Efeitos da Rreleição nos Gastos Públicos”, *Economia Aplicada*, Vol.5 n° 3, pp.601-620.
- Nordhaus W. D. (1975), “The Political Business Cycle”, *Review of Economic Studies*, Vol. 42, pp. 169-190.

- Oates, W. (1999) "An Essay on Fiscal Federalism", *Journal of Economic Literature*, Vol. XXXVII, pp.1120-1149
- Paolo, M. (1998), "Corruption and the Composition of Government Expenditure", *Journal of Public Economics*, Vol.69, pp. 263-279.
- Polo M. (1998) "Electoral Competition and Political Rents", IGIER e Bocconi University.
- Rogoff K. (1990), "Equilibrium Political Budget Cycles", *The American Economic Review*, Vol.80 n° 1 pp. 21-35.
- Rogoff K., Sibert A. (1988), "Elections and Macroeconomic Policy Cycles", *Review of Economic Studies*, Vol.60, pp.1-16.
- Roubini, N., Sachs, J. D. (1989), "Political and Economic Determinantes of Budget Deficits in the Industrial Democracies", *European Economic Review*, n° 33, North-Holand.
- Simpson, Maria Ximena S. (2000), "Fragmentação Legislativa e Déficit Fiscal: Uma Análise dos Estados Brasileiros no Período entre 1987 e 1997", *Dissertação de Mestrado*, IUPERJ.
- Tridimas G. (2000), "The Economics and Politics of the Structure of Public Expenditure", *Public Choice*, Vol.106, pp.299-316.
- Van Dalen H. P., Swank O. H. (1996) , "Government Spending Cycles: Ideological or Opportunistic?" , *Public Choice*, Vol.82, pp.183-200.
- Wittman D. (1977), "Candidates with Policy Preferences: A Dynamic Model", *Journal of Economic Theory*, pp. 180-189.

APÊNDICE

Tabela A.III.1:

Brasil: Total das Despesas Estaduais, 1983/2000

	1983			1987			1991		
	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita
Norte	2,461,922	3.9	374	5,004,759	5.0	649	6,787,435	6.9	677
<i>Rondônia</i>	605,556	0.97	987	1,063,922	1.1	1281	865,512	0.9	764
<i>Acre</i>	185,949	0.30	572	376,054	0.4	1029	481,047	0.5	1152
<i>Amazonas</i>	615,400	0.98	390	1,457,476	1.5	803	1,795,643	1.8	854
<i>Roraima</i>	201,122	0.32	1929	357,612	0.4	2375	547,752	0.6	2517
<i>Pará</i>	633,912	1.01	168	1,294,192	1.3	300	1,797,730	1.8	363
<i>Amapá</i>	219,982	0.35	1121	455,503	0.5	1940	617,553	0.6	2134
<i>Tocantins</i>	-	-	-	-	-	-	682,198	0.7	742
Nordeste	10,148,941	16.2	277	17,148,752	17.1	436	14,502,851	14.8	341
<i>Maranhão</i>	548,892	0.88	130	1,221,812	1.2	268	1,218,742	1.2	247
<i>Piauí</i>	537,780	0.86	240	927,606	0.9	387	780,545	0.8	302
<i>Ceará</i>	1,188,407	1.90	215	3,245,058	3.2	549	2,211,574	2.3	347
<i>Rio Grande do Norte</i>	504,496	0.80	250	1,286,366	1.3	584	843,784	0.9	349
<i>Paraíba</i>	720,062	1.15	251	1,320,515	1.3	438	1,028,777	1.0	321
<i>Pernambuco</i>	1,731,097	2.76	272	2,624,242	2.6	390	2,640,003	2.7	370
<i>Alagoas</i>	670,139	1.07	318	1,126,157	1.1	490	899,377	0.9	358
<i>Sergipe</i>	466,796	0.74	383	742,721	0.7	554	778,709	0.8	522
<i>Bahia</i>	3,781,271	6.03	377	4,654,274	4.6	428	4,101,342	4.2	346
Sudeste	31,979,183	51.0	588	52,546,523	52.4	901	55,221,363	56.3	880
<i>Minas Gerais</i>	5,661,321	9.03	406	10,640,686	10.6	720	9,526,660	9.7	605
<i>Espírito Santo</i>	1,004,565	1.60	466	1,503,387	1.5	637	1,790,014	1.8	688
<i>Rio de Janeiro</i>	5,924,795	9.45	508	9,153,401	9.1	750	9,492,893	9.7	741
<i>São Paulo</i>	19,388,502	30.94	728	31,249,049	31.2	1079	34,411,796	35.1	1089
Sul	12,547,129	20.0	637	16,350,463	16.3	787	12,870,018	13.1	582
<i>Paraná</i>	3,403,176	5.43	438	5,416,837	5.4	673	3,447,769	3.5	408
<i>Santa Catarina</i>	2,060,445	3.29	537	3,101,442	3.1	746	2,776,494	2.8	611
<i>Rio Grande do Sul</i>	7,083,508	11.30	875	7,832,184	7.8	913	6,645,755	6.8	727
Centro - Oeste	5,533,305	8.8	701	9,247,114	9.2	1083	8,776,724	8.9	931
<i>Mato Grosso do Sul</i>	1,512,596	2.41	1036	1,966,009	2.0	1226	1,445,676	1.5	812
<i>Mato Grosso</i>	1,118,865	1.79	849	2,606,169	2.6	1606	1,556,772	1.6	768
<i>Goiás</i>	1,297,457	2.07	338	2,351,488	2.3	606	2,336,019	2.4	581
<i>Distrito Federal</i>	1,604,387	2.56	1255	2,323,447	2.3	1625	3,438,257	3.5	2147
Brasil	62,670,480	100.0	501	100,297,611	100.0	745	98,158,392	100.0	669

Fonte: Elaboração Própria, STN e IBGE

Tabela A.III.1 (cont):

Brasil: Total das Despesas Estaduais, 1983/2000

	1995			1999			2000		
	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita
Norte	8,003,749	6.7	726	7,988,083	5.7	642	8,291,803	6.2	642
<i>Rondônia</i>	913,618	0.8	755	880,840	0.6	658	1,010,704	0.8	734
<i>Acre</i>	670,457	0.6	1428	674,668	0.5	1254	692,970	0.5	1243
<i>Amazonas</i>	2,409,595	2.0	1035	2,013,722	1.4	740	1,999,251	1.5	704
<i>Roraima</i>	396,558	0.3	1648	437,125	0.3	1445	545,573	0.4	1683
<i>Pará</i>	2,085,993	1.8	387	2,598,609	1.9	435	2,507,022	1.9	405
<i>Amapá</i>	806,261	0.7	2248	508,249	0.4	1131	518,262	0.4	1089
<i>Tocantins</i>	721,267	0.6	706	874,870	0.6	776	1,018,021	0.8	881
Nordeste	18,425,721	15.5	416	24,640,435	17.7	525	22,190,724	16.7	465
<i>Maranhão</i>	1,441,162	1.2	280	2,121,815	1.5	384	1,910,195	1.4	339
<i>Piauí</i>	1,169,862	1.0	441	1,180,159	0.8	422	1,087,417	0.8	383
<i>Ceará</i>	2,710,936	2.3	404	4,885,613	3.5	673	3,465,232	2.6	467
<i>Rio Grande do Norte</i>	1,156,041	1.0	457	1,730,774	1.2	637	1,720,199	1.3	621
<i>Paraíba</i>	1,280,300	1.1	390	1,721,610	1.2	506	1,692,345	1.3	492
<i>Pernambuco</i>	2,999,080	2.5	409	3,535,245	2.5	455	4,114,763	3.1	520
<i>Alagoas</i>	948,501	0.8	364	1,292,627	0.9	467	1,316,527	1.0	467
<i>Sergipe</i>	1,182,081	1.0	741	1,379,074	1.0	793	1,289,427	1.0	725
<i>Bahia</i>	5,537,757	4.7	447	6,793,518	4.9	526	5,594,618	4.2	428
Sudeste	64,436,805	54.3	975	69,246,848	49.7	977	68,364,774	51.4	946
<i>Minas Gerais</i>	13,132,279	11.1	797	9,820,481	7.1	560	12,751,454	9.6	715
<i>Espírito Santo</i>	2,918,963	2.5	1058	2,998,675	2.2	994	3,015,558	2.3	975
<i>Rio de Janeiro</i>	10,962,460	9.2	825	15,963,006	11.5	1131	14,551,736	10.9	1013
<i>São Paulo</i>	37,423,103	31.5	1114	40,464,686	29.1	1117	38,046,026	28.6	1029
Sul	17,512,771	14.8	754	23,933,735	17.2	971	22,464,262	16.9	896
<i>Paraná</i>	4,795,210	4.0	540	11,218,392	8.1	1192	8,572,246	6.4	897
<i>Santa Catarina</i>	3,630,097	3.1	755	3,801,908	2.7	730	4,921,330	3.7	923
<i>Rio Grande do Sul</i>	9,087,463	7.7	953	8,913,435	6.4	888	8,970,686	6.7	881
Centro - Oeste	10,243,691	8.6	998	13,416,458	9.6	1185	11,808,181	8.9	1017
<i>Mato Grosso do Sul</i>	1,429,714	1.2	754	1,611,101	1.2	791	1,793,067	1.3	864
<i>Mato Grosso</i>	2,105,483	1.8	961	2,060,159	1.5	848	2,140,755	1.6	857
<i>Goiás</i>	2,509,394	2.1	570	3,330,076	2.4	684	2,796,456	2.1	560
<i>Distrito Federal</i>	4,199,100	3.5	2366	6,415,122	4.6	3235	5,077,903	3.8	2485
Brasil	118,622,737	100.0	766	139,225,558	100.0	838	133,119,744	100.0	785

Fonte: Elaboração Própria, STN e IBGE

Tabela A.III.2:
Brasil: Total das Despesas Sociais, 1983/2000

	1983			1987			1991		
	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita
Norte	890,534	3.7	135	1,862,900	4.7	241	2,536,207	6.4	253
<i>Rondônia</i>	212,145	0.9	346	383,870	1.0	462	284,108	0.7	251
<i>Acre</i>	64,158	0.3	197	152,520	0.4	418	223,317	0.6	535
<i>Amazonas</i>	252,134	1.0	160	636,502	1.6	351	552,036	1.4	262
<i>Roraima</i>	32,221	0.1	309	52,638	0.1	350	202,470	0.5	931
<i>Pará</i>	286,186	1.2	76	523,718	1.3	121	802,575	2.0	162
<i>Amapá</i>	43,691	0.2	223	113,653	0.3	484	231,523	0.6	800
<i>Tocantins</i>	-	-	-	-	-	-	240,177	0.6	261
Nordeste	3,996,626	16.5	109	6,044,224	15.3	154	5,834,523	14.7	137
<i>Maranhão</i>	164,409	0.7	39	292,853	0.7	64	435,756	1.1	88
<i>Piauí</i>	241,374	1.0	108	403,102	1.0	168	316,090	0.8	122
<i>Ceará</i>	494,931	2.0	90	800,636	2.0	136	909,041	2.3	143
<i>Rio Grande do Norte</i>	202,251	0.8	100	511,663	1.3	232	367,397	0.9	152
<i>Paraíba</i>	287,336	1.2	100	534,868	1.4	177	426,754	1.1	133
<i>Pernambuco</i>	643,390	2.6	101	1,097,803	2.8	163	1,226,284	3.1	172
<i>Alagoas</i>	216,204	0.9	103	470,434	1.2	205	344,453	0.9	137
<i>Sergipe</i>	184,530	0.8	151	336,975	0.9	251	278,106	0.7	186
<i>Bahia</i>	1,562,201	6.4	156	1,595,890	4.0	147	1,530,641	3.8	129
Sudeste	12,778,320	52.6	235	22,412,845	56.7	384	22,370,459	56.2	357
<i>Minas Gerais</i>	2,167,721	8.9	155	3,343,993	8.5	226	3,556,222	8.9	226
<i>Espírito Santo</i>	347,726	1.4	161	526,832	1.3	223	762,025	1.9	293
<i>Rio de Janeiro</i>	2,099,653	8.6	180	4,147,596	10.5	340	3,157,729	7.9	247
<i>São Paulo</i>	8,163,220	33.6	307	14,394,425	36.4	497	14,894,483	37.4	472
Sul	4,678,626	19.3	238	5,911,105	15.0	284	5,045,511	12.7	228
<i>Paraná</i>	1,355,757	5.6	175	2,019,862	5.1	251	1,595,287	4.0	189
<i>Santa Catarina</i>	748,418	3.1	195	1,292,979	3.3	311	940,156	2.4	207
<i>Rio Grande do Sul</i>	2,574,450	10.6	318	2,598,264	6.6	303	2,510,069	6.3	275
Centro - Oeste	1,944,579	8.0	246	3,302,197	8.4	387	4,026,286	10.1	427
<i>Mato Grosso do Sul</i>	218,579	0.9	150	413,380	1.0	258	439,461	1.1	247
<i>Mato Grosso</i>	311,262	1.3	236	511,648	1.3	315	545,088	1.4	269
<i>Goiás</i>	375,811	1.5	98	926,133	2.3	239	815,033	2.0	203
<i>Distrito Federal</i>	1,038,927	4.3	813	1,451,035	3.7	1015	2,226,704	5.6	1391
Brasil	24,288,685	100.0	194	39,533,271	100.0	294	39,812,985	100.0	271

Fonte: Elaboração Própria, STN e IBGE

Tabela A.III.2 (cont.):

Brasil: Total das Despesas Sociais, 1983/2000

	1995			1999			2000		
	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita
Norte	2,949,579	6.2	268	3,109,138	5.5	250	3,076,429	5.6	238
<i>Rondônia</i>	247,419	0.5	204	284,431	0.5	212	258,749	0.5	188
<i>Acre</i>	224,744	0.5	479	239,385	0.4	445	315,364	0.6	566
<i>Amazonas</i>	744,201	1.6	320	836,107	1.5	307	663,465	1.2	234
<i>Roraima</i>	155,944	0.3	648	174,943	0.3	578	203,186	0.4	627
<i>Pará</i>	952,613	2.0	177	1,072,544	1.9	180	1,093,998	2.0	177
<i>Amapá</i>	307,299	0.6	857	190,496	0.3	424	210,961	0.4	443
<i>Tocantins</i>	317,360	0.7	311	311,232	0.5	276	330,705	0.6	286
Nordeste	7,446,623	15.6	168	9,416,424	16.5	201	7,842,059	14.3	164
<i>Maranhão</i>	565,390	1.2	110	622,612	1.1	113	537,618	1.0	95
<i>Piauí</i>	414,876	0.9	156	525,911	0.9	188	395,281	0.7	139
<i>Ceará</i>	1,107,791	2.3	165	1,300,624	2.3	179	1,467,949	2.7	198
<i>Rio Grande do Norte</i>	398,601	0.8	158	648,380	1.1	239	880,352	1.6	318
<i>Paraíba</i>	547,876	1.1	167	854,249	1.5	251	752,950	1.4	219
<i>Pernambuco</i>	1,363,520	2.8	186	1,474,524	2.6	190	535,116	1.0	68
<i>Alagoas</i>	390,447	0.8	150	602,334	1.1	218	614,728	1.1	218
<i>Sergipe</i>	517,539	1.1	324	598,055	1.0	344	560,870	1.0	315
<i>Bahia</i>	2,140,584	4.5	173	2,789,735	4.9	216	2,097,196	3.8	160
Sudeste	25,586,456	53.4	387	28,039,518	49.2	396	29,836,293	54.4	413
<i>Minas Gerais</i>	5,340,102	11.2	324	3,393,226	6.0	194	4,557,349	8.3	256
<i>Espírito Santo</i>	988,002	2.1	358	1,095,962	1.9	363	1,008,136	1.8	326
<i>Rio de Janeiro</i>	4,278,428	8.9	322	6,041,156	10.6	428	6,850,785	12.5	477
<i>São Paulo</i>	14,979,924	31.3	446	17,509,174	30.7	483	17,420,023	31.7	471
Sul	7,249,514	15.1	312	9,248,150	16.2	375	8,602,248	15.7	343
<i>Paraná</i>	2,416,944	5.0	272	3,424,762	6.0	364	4,209,320	7.7	440
<i>Santa Catarina</i>	1,270,831	2.7	264	1,512,651	2.7	291	1,324,932	2.4	248
<i>Rio Grande do Sul</i>	3,561,739	7.4	374	4,310,737	7.6	430	3,067,996	5.6	301
Centro - Oeste	4,648,951	9.7	453	7,149,076	12.6	632	5,512,957	10.0	475
<i>Mato Grosso do Sul</i>	427,805	0.9	226	605,485	1.1	297	679,070	1.2	327
<i>Mato Grosso</i>	644,443	1.3	294	708,954	1.2	292	644,837	1.2	258
<i>Goiás</i>	935,843	2.0	212	1,140,288	2.0	234	1,085,566	2.0	217
<i>Distrito Federal</i>	2,640,861	5.5	1488	4,694,350	8.2	2367	3,103,485	5.7	1519
Brasil	47,881,124	100.0	309	56,962,307	100.0	343	54,869,985	100.0	324

Fonte: Elaboração Própria, STN e IBGE

Tabela A.III.3:

Brasil: Total das Despesas de *Overhead*, 1983/2000

	1983			1987			1991		
	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita
Norte	808,583	4.1	123	1,742,269	5.6	226	2,447,487	7.6	244
<i>Rondônia</i>	159,735	0.8	260	308,451	1.0	371	339,453	1.1	300
<i>Acre</i>	59,332	0.3	183	115,966	0.4	317	152,940	0.5	366
<i>Amazonas</i>	172,379	0.9	109	283,055	0.9	156	404,860	1.3	192
<i>Roraima</i>	94,559	0.5	907	215,035	0.7	1428	331,622	1.0	1524
<i>Pará</i>	184,489	0.9	49	553,927	1.8	128	715,849	2.2	145
<i>Amapá</i>	138,088	0.7	704	265,836	0.9	1132	295,342	0.9	1021
<i>Tocantins</i>	-	-	-	-	-	-	207,421	0.6	225
Nordeste	3,555,013	17.9	97	5,685,576	18.3	145	3,989,932	12.4	94
<i>Maranhão</i>	179,650	0.9	43	247,328	0.8	54	334,153	1.0	68
<i>Piauí</i>	142,343	0.7	64	261,316	0.8	109	242,098	0.8	94
<i>Ceará</i>	400,938	2.0	73	1,754,913	5.7	297	526,391	1.6	83
<i>Rio Grande do Norte</i>	198,731	1.0	98	449,045	1.4	204	297,981	0.9	123
<i>Paraíba</i>	226,216	1.1	79	449,748	1.5	149	309,061	1.0	97
<i>Pernambuco</i>	699,434	3.5	110	451,613	1.5	67	465,444	1.4	65
<i>Alagoas</i>	299,942	1.5	142	458,761	1.5	200	416,419	1.3	166
<i>Sergipe</i>	138,230	0.7	113	241,047	0.8	180	275,165	0.9	184
<i>Bahia</i>	1,269,530	6.4	127	1,371,805	4.4	126	1,123,220	3.5	95
Sudeste	10,454,834	52.7	192	15,307,452	49.4	262	19,422,117	60.3	310
<i>Minas Gerais</i>	1,381,701	7.0	99	3,142,835	10.1	213	3,119,922	9.7	198
<i>Espírito Santo</i>	320,220	1.6	149	476,846	1.5	202	371,610	1.2	143
<i>Rio de Janeiro</i>	2,500,148	12.6	214	2,138,139	6.9	175	3,053,883	9.5	238
<i>São Paulo</i>	6,252,766	31.5	235	9,549,632	30.8	330	12,876,702	40.0	408
Sul	3,621,880	18.3	184	5,177,291	16.7	249	4,089,974	12.7	185
<i>Paraná</i>	608,319	3.1	78	1,112,003	3.6	138	953,562	3.0	113
<i>Santa Catarina</i>	599,993	3.0	156	977,013	3.2	235	1,273,872	4.0	280
<i>Rio Grande do Sul</i>	2,413,568	12.2	298	3,088,275	10.0	360	1,862,539	5.8	204
Centro - Oeste	1,393,907	7.0	177	3,076,844	9.9	360	2,248,680	7.0	239
<i>Mato Grosso do Sul</i>	325,413	1.6	223	801,854	2.6	500	569,257	1.8	320
<i>Mato Grosso</i>	258,461	1.3	196	1,397,009	4.5	861	515,708	1.6	254
<i>Goiás</i>	508,943	2.6	133	550,995	1.8	142	614,716	1.9	153
<i>Distrito Federal</i>	301,090	1.5	235	326,986	1.1	229	548,999	1.7	343
Brasil	19,834,217	100.0	158	30,989,432	100.0	230	32,198,190	100.0	219

Fonte: Elaboração Própria, STN e IBGE

Tabela A.III.3 (cont.):

Brasil: Total das Despesas de *Overhead*, 1983/2000

	1995			1999			2000		
	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita
Norte	2,678,217	6.1	243	2,928,216	5.9	235	3,668,664	6.4	284
<i>Rondônia</i>	402,635	0.9	333	425,140	0.9	317	679,100	1.2	493
<i>Acre</i>	246,546	0.6	525	320,936	0.7	597	218,843	0.4	393
<i>Amazonas</i>	409,198	0.9	176	610,801	1.2	225	1,117,196	1.9	393
<i>Roraima</i>	114,771	0.3	477	128,770	0.3	426	157,377	0.3	485
<i>Pará</i>	874,046	2.0	162	980,308	2.0	164	974,780	1.7	158
<i>Amapá</i>	443,653	1.0	1237	263,911	0.5	587	248,996	0.4	523
<i>Tocantins</i>	187,368	0.4	183	198,351	0.4	176	272,372	0.5	236
Nordeste	6,018,553	13.8	136	9,330,110	18.9	199	10,920,371	19.0	229
<i>Maranhão</i>	524,380	1.2	102	1,172,858	2.4	213	1,197,053	2.1	212
<i>Piauí</i>	495,392	1.1	187	392,188	0.8	140	579,253	1.0	204
<i>Ceará</i>	819,474	1.9	122	2,792,914	5.7	385	1,290,044	2.2	174
<i>Rio Grande do Norte</i>	607,528	1.4	240	777,794	1.6	286	587,790	1.0	212
<i>Paraíba</i>	419,817	1.0	128	497,917	1.0	146	697,971	1.2	203
<i>Pernambuco</i>	621,652	1.4	85	888,056	1.8	114	3,142,661	5.5	397
<i>Alagoas</i>	397,502	0.9	152	513,432	1.0	186	513,693	0.9	182
<i>Sergipe</i>	379,113	0.9	237	421,540	0.9	242	537,605	0.9	302
<i>Bahia</i>	1,753,694	4.0	141	1,873,411	3.8	145	2,374,301	4.1	182
Sudeste	26,203,536	60.0	396	28,379,224	57.5	400	28,228,583	49.0	391
<i>Minas Gerais</i>	4,271,488	9.8	259	3,319,089	6.7	189	5,746,223	10.0	322
<i>Espírito Santo</i>	1,096,229	2.5	397	1,105,515	2.2	366	1,700,663	3.0	550
<i>Rio de Janeiro</i>	3,209,274	7.4	242	5,752,284	11.7	407	4,830,253	8.4	336
<i>São Paulo</i>	17,626,545	40.4	525	18,202,336	36.9	502	15,951,444	27.7	432
Sul	5,720,002	13.1	246	5,320,544	10.8	216	10,811,376	18.8	431
<i>Paraná</i>	1,216,179	2.8	137	1,659,350	3.4	176	3,444,181	6.0	360
<i>Santa Catarina</i>	1,648,651	3.8	343	1,707,311	3.5	328	2,854,122	5.0	535
<i>Rio Grande do Sul</i>	2,855,173	6.5	299	1,953,882	4.0	195	4,513,074	7.8	443
Centro - Oeste	3,017,610	6.9	294	3,393,709	6.9	300	3,959,353	6.9	341
<i>Mato Grosso do Sul</i>	570,172	1.3	301	482,146	1.0	237	750,240	1.3	362
<i>Mato Grosso</i>	816,657	1.9	373	1,015,525	2.1	418	1,130,489	2.0	453
<i>Goiás</i>	820,084	1.9	186	1,325,188	2.7	272	1,317,428	2.3	264
<i>Distrito Federal</i>	810,697	1.9	457	570,850	1.2	288	761,195	1.3	373
Brasil	43,637,917	100.0	282	49,351,802	100.0	297	57,588,347	100.0	340

Fonte: Elaboração Própria, STN e IBGE

Tabela A.III.4:

Brasil: Total das Despesas de Infra-Estrutura, 1983/2000

	1983			1987			1991		
	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita
Norte	496,785	4.0	75	944,587	4.6	122	1,298,104	7.6	129
<i>Rondônia</i>	172,854	1.4	282	238,698	1.2	287	115,156	0.7	102
<i>Acre</i>	39,471	0.3	121	59,761	0.3	164	66,044	0.4	158
<i>Amazonas</i>	131,715	1.1	83	439,999	2.2	242	728,702	4.3	346
<i>Roraima</i>	54,854	0.4	526	63,745	0.3	423	0	0.0	0
<i>Pará</i>	75,165	0.6	20	96,830	0.5	22	131,381	0.8	27
<i>Amapá</i>	22,724	0.2	116	45,555	0.2	194	67,940	0.4	235
<i>Tocantins</i>	-	-	-	-	-	-	188,881	1.1	205
Nordeste	1,539,892	12.5	42	3,558,185	17.4	91	3,208,010	18.9	75
<i>Maranhão</i>	163,399	1.3	39	603,747	3.0	133	352,334	2.1	71
<i>Piauí</i>	78,382	0.6	35	171,211	0.8	71	112,851	0.7	44
<i>Ceará</i>	186,411	1.5	34	527,876	2.6	89	611,816	3.6	96
<i>Rio Grande do Norte</i>	42,503	0.3	21	247,796	1.2	113	66,435	0.4	28
<i>Paraíba</i>	159,422	1.3	56	254,633	1.2	84	183,313	1.1	57
<i>Pernambuco</i>	168,846	1.4	26	556,226	2.7	83	559,676	3.3	79
<i>Alagoas</i>	68,560	0.6	33	73,808	0.4	32	46,318	0.3	18
<i>Sergipe</i>	107,252	0.9	88	110,537	0.5	82	170,596	1.0	114
<i>Bahia</i>	565,117	4.6	56	1,012,351	4.9	93	1,104,671	6.5	93
Sudeste	5,546,232	45.0	102	10,085,639	49.3	173	8,639,382	50.8	138
<i>Minas Gerais</i>	1,536,887	12.5	110	3,343,829	16.3	226	2,148,986	12.6	137
<i>Espírito Santo</i>	225,315	1.8	104	366,823	1.8	155	495,956	2.9	191
<i>Rio de Janeiro</i>	427,380	3.5	37	1,781,697	8.7	146	2,375,589	14.0	185
<i>São Paulo</i>	3,356,650	27.2	126	4,593,290	22.4	159	3,618,851	21.3	115
Sul	3,120,763	25.3	158	3,878,137	19.0	187	2,306,040	13.6	104
<i>Paraná</i>	1,093,974	8.9	141	1,817,090	8.9	226	467,418	2.7	55
<i>Santa Catarina</i>	502,537	4.1	131	495,698	2.4	119	217,154	1.3	48
<i>Rio Grande do Sul</i>	1,524,252	12.4	188	1,565,349	7.6	183	1,621,469	9.5	177
Centro - Oeste	1,634,990	13.3	207	1,996,797	9.8	234	1,557,744	9.2	165
<i>Mato Grosso do Sul</i>	878,522	7.1	602	594,753	2.9	371	308,543	1.8	173
<i>Mato Grosso</i>	431,182	3.5	327	547,678	2.7	337	370,656	2.2	183
<i>Goiás</i>	254,078	2.1	66	653,743	3.2	168	722,670	4.2	180
<i>Distrito Federal</i>	71,208	0.6	56	200,624	1.0	140	155,874	0.9	97
Brasil	12,338,662	100.0	99	20,463,344	100.0	152	17,009,280	100.0	116

Fonte: Elaboração Própria, STN e IBGE

Tabela A.III.4 (cont.):

Brasil: Total das Despesas de Infra-Estrutura, 1983/2000

	1995			1999			2000		
	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita	Valor	%	PIB per capita
Norte	1,772,979	10.4	161	1,197,063	5.7	96	924,862	10.8	72
<i>Rondônia</i>	99,809	0.6	82	30,310	0.1	23	25,631	0.3	19
<i>Acre</i>	156,245	0.9	333	47,590	0.2	88	66,789	0.8	120
<i>Amazonas</i>	1,147,195	6.7	493	428,804	2.0	158	104,140	1.2	37
<i>Roraima</i>	90,562	0.5	376	98,190	0.5	325	147,943	1.7	456
<i>Pará</i>	69,392	0.4	13	255,574	1.2	43	191,398	2.2	31
<i>Amapá</i>	38,446	0.2	107	43,493	0.2	97	40,339	0.5	85
<i>Tocantins</i>	171,330	1.0	168	293,103	1.4	260	348,622	4.1	302
Nordeste	3,186,334	18.6	72	3,634,584	17.2	77	1,371,969	16.0	29
<i>Maranhão</i>	222,507	1.3	43	213,948	1.0	39	165,643	1.9	29
<i>Piauí</i>	119,662	0.7	45	134,858	0.6	48	7,579	0.1	3
<i>Ceará</i>	581,542	3.4	87	546,550	2.6	75	452,052	5.3	61
<i>Rio Grande do Norte</i>	64,792	0.4	26	96,172	0.5	35	102,778	1.2	37
<i>Paraíba</i>	203,715	1.2	62	267,848	1.3	79	62,604	0.7	18
<i>Pernambuco</i>	621,347	3.6	85	629,154	3.0	81	20,879	0.2	3
<i>Alagoas</i>	63,886	0.4	25	22,827	0.1	8	29,601	0.3	11
<i>Sergipe</i>	162,162	0.9	102	220,004	1.0	126	63,823	0.7	36
<i>Bahia</i>	1,146,720	6.7	92	1,503,223	7.1	116	467,010	5.4	36
Sudeste	7,881,879	46.1	119	7,328,611	34.6	103	4,281,148	49.9	59
<i>Minas Gerais</i>	2,630,413	15.4	160	2,175,880	10.3	124	817,867	9.5	46
<i>Espírito Santo</i>	564,069	3.3	204	497,557	2.3	165	75,015	0.9	24
<i>Rio de Janeiro</i>	2,442,706	14.3	184	2,515,040	11.9	178	1,265,738	14.8	88
<i>São Paulo</i>	2,244,691	13.1	67	2,140,134	10.1	59	2,122,529	24.7	57
Sul	2,848,358	16.6	123	7,463,000	35.2	303	1,107,977	12.9	44
<i>Paraná</i>	604,637	3.5	68	5,490,964	25.9	584	390,935	4.6	22
<i>Santa Catarina</i>	263,220	1.5	55	133,280	0.6	26	205,489	2.4	66
<i>Rio Grande do Sul</i>	1,980,500	11.6	208	1,838,756	8.7	183	511,553	6.0	36
Centro - Oeste	1,420,429	8.3	138	1,559,493	7.4	138	890,685	10.4	77
<i>Mato Grosso do Sul</i>	288,288	1.7	152	338,577	1.6	166	168,850	2.0	81
<i>Mato Grosso</i>	452,162	2.6	206	155,798	0.7	64	165,823	1.9	66
<i>Goiás</i>	569,705	3.3	129	646,744	3.1	133	143,404	1.7	29
<i>Distrito Federal</i>	110,273	0.6	62	418,374	2.0	211	412,607	4.8	202
Brasil	17,109,978	100.0	110	21,182,750	100.0	127	8,576,641	100.0	51

Fonte: Elaboração Própria, STN e IBGE

Tabela A.III.5:
Brasil: Composição das Despesas Estaduais por Função Econômica, 1983 / 2000

	1983/86				1987/90				1991/94			
	Overhead	Social	Infra-estrutura	Outras	Overhead	Social	Infra-estrutura	Outras	Overhead	Social	Infra-estrutura	Outras
Norte	38.33	31.35	21.00	9.32	39.89	39.15	13.64	7.32	36.53	37.38	18.21	7.87
Rondônia	34.53	35.08	21.19	9.20	38.88	32.20	16.19	12.73	38.14	30.79	15.13	15.95
Acre	28.88	35.52	24.52	11.08	32.47	42.19	15.72	9.62	39.16	39.78	12.01	9.05
Amazonas	31.54	39.81	20.57	8.08	23.11	43.07	28.03	5.78	24.02	38.73	30.49	6.76
Roraima	41.89	11.65	38.39	8.08	64.01	19.98	10.16	5.85	39.32	34.92	20.93	4.83
Pará	36.13	42.47	9.96	11.44	43.92	38.38	9.14	8.56	40.27	43.92	7.22	8.59
Amapá	57.05	23.54	11.40	8.02	63.61	20.39	10.83	5.17	50.43	33.97	11.55	4.05
Tocantins	-	-	-	-	13.24	77.84	5.40	3.53	24.39	39.56	30.16	5.89
Nordeste	30.69	37.30	23.00	9.01	31.85	39.02	19.42	9.71	31.28	40.49	17.69	10.54
Maranhão	21.63	23.12	48.99	6.25	20.21	29.41	44.67	5.72	30.08	38.26	22.41	9.24
Piauí	26.53	43.44	19.47	10.56	33.83	42.88	12.17	11.12	34.06	38.39	14.90	12.65
Ceará	31.59	39.13	21.02	8.26	41.41	33.08	17.78	7.73	25.10	42.80	24.81	7.30
Rio Grande do Norte	33.54	38.78	17.66	10.02	32.72	46.56	12.50	8.22	45.11	37.45	7.73	9.71
Paraíba	30.22	32.60	31.78	5.40	32.80	40.14	17.82	9.24	25.15	45.75	18.28	10.82
Pernambuco	31.88	38.99	16.43	12.70	18.59	43.60	21.69	16.12	19.25	44.45	20.46	15.85
Alagoas	44.59	36.46	8.43	10.52	41.46	39.30	8.13	11.11	41.41	38.64	6.81	13.14
Sergipe	29.74	42.08	19.83	8.35	33.57	39.81	18.85	7.76	37.36	34.91	19.10	8.63
Bahia	26.52	41.07	23.37	9.05	32.06	36.39	21.16	10.39	24.05	43.72	24.71	7.51
Sudeste	33.57	35.75	20.69	9.99	27.76	40.08	23.15	9.01	33.00	37.07	21.46	8.47
Minas Gerais	29.56	33.32	27.87	9.26	26.49	35.35	30.47	7.70	33.51	34.07	25.07	7.35
Espírito Santo	27.90	31.07	31.33	9.70	26.28	38.08	25.54	10.11	23.23	42.00	24.94	9.83
Rio de Janeiro	43.11	37.30	6.65	12.93	26.32	42.11	21.44	10.13	35.18	33.58	22.52	8.72
São Paulo	33.70	41.33	16.90	8.07	31.95	44.79	15.17	8.10	40.09	38.63	13.32	7.96
Sul	29.46	36.56	24.59	9.39	30.63	38.79	20.83	9.74	34.10	39.26	15.89	10.75
Paraná	20.43	37.96	32.76	8.86	26.34	39.21	25.35	9.09	24.35	48.92	15.35	11.37
Santa Catarina	30.76	37.23	20.99	11.03	35.99	40.19	12.18	11.64	44.17	33.12	10.61	12.10
Rio Grande do Sul	37.18	34.48	20.04	8.29	29.56	36.98	24.96	8.50	33.77	35.74	21.70	8.79
Centro - Oeste	26.26	32.76	31.75	9.24	29.75	38.72	21.62	9.92	27.94	37.19	25.59	9.27
Mato Grosso do Sul	29.78	17.88	45.15	7.19	38.41	25.72	25.58	10.29	36.66	28.69	26.74	7.91
Mato Grosso	25.52	21.27	45.66	7.55	39.78	27.73	26.08	6.40	33.77	28.86	29.17	8.20
Goiás	30.52	28.26	32.36	8.87	27.81	36.20	27.85	8.14	27.37	31.80	33.85	6.98
Distrito Federal	19.21	63.62	3.81	13.36	12.98	65.21	6.97	14.85	13.96	59.43	12.61	13.99
Brasil	32.33	37.38	21.14	9.15	30.42	40.63	20.02	8.94	34.29	38.45	18.47	8.79

Fonte: Elaboração Própria e STM

Tabela A.III.5 (cont.):
Brasil: Composição das Despesas Estaduais por Função Econômica, 1983 / 2000

	1995/98				1999/2000			
	Overhead	Social	Infra-estrutura	Outras	Overhead	Social	Infra-estrutura	Outras
Norte	34.86	38.05	19.38	7.71	40.37	37.29	14.31	8.04
Rondônia	41.92	27.46	15.02	15.61	57.73	28.95	2.99	10.34
Acre	37.83	40.38	17.06	4.73	39.57	40.50	8.35	11.58
Amazonas	20.45	40.39	33.42	5.74	43.11	37.35	13.25	6.29
Roraima	29.16	39.40	23.35	8.09	29.15	38.63	24.79	7.43
Pará	40.72	43.80	5.77	9.70	38.30	42.46	8.73	10.51
Amapá	52.84	38.08	6.43	2.65	49.98	39.09	8.17	2.75
Tocantins	21.12	36.83	34.61	7.45	24.71	34.03	33.87	7.38
Nordeste	38.74	38.18	14.20	8.88	42.81	39.09	8.87	9.23
Maranhão	40.69	36.43	13.88	9.00	58.97	28.74	9.38	2.91
Piauí	40.72	37.35	11.17	10.76	43.25	40.46	6.06	10.23
Ceará	42.23	36.73	15.37	5.68	47.20	34.49	12.12	6.19
Rio Grande do Norte	48.95	34.17	10.01	6.87	39.55	44.32	5.77	10.36
Paraíba	30.80	45.25	15.93	8.02	35.08	47.06	9.63	8.23
Pernambuco	25.71	40.67	22.73	10.88	50.75	27.36	9.15	12.74
Alagoas	52.44	33.76	3.08	10.72	39.37	46.65	2.01	11.98
Sergipe	36.46	40.36	14.17	9.01	36.13	43.43	10.45	9.99
Bahia	30.69	38.93	21.41	8.96	35.01	39.28	15.24	10.48
Sudeste	40.83	35.28	16.45	7.44	41.03	39.28	10.37	9.31
Minas Gerais	39.64	35.63	18.10	6.62	39.43	35.15	14.29	11.14
Espírito Santo	37.63	34.59	18.40	9.38	46.63	34.99	9.54	8.84
Rio de Janeiro	34.20	37.08	20.87	7.85	34.61	42.46	12.23	10.70
São Paulo	51.84	33.82	8.44	5.91	43.45	44.53	5.43	6.58
Sul	35.23	41.49	13.67	9.60	38.35	38.15	14.59	8.91
Paraná	30.00	48.65	10.69	10.66	27.48	39.82	26.75	5.95
Santa Catarina	43.18	37.59	8.36	10.87	51.45	33.35	3.84	11.35
Rio Grande do Sul	32.52	38.23	21.97	7.28	36.11	41.28	13.17	9.44
Centro - Oeste	30.85	39.41	19.67	10.06	35.58	43.42	10.62	10.38
Mato Grosso do Sul	34.04	28.31	27.67	9.98	35.88	37.73	15.22	11.17
Mato Grosso	44.45	28.10	17.98	9.46	51.05	32.27	7.65	9.03
Goiás	29.96	35.88	27.79	6.36	43.45	36.53	12.27	7.74
Distrito Federal	14.94	65.37	5.25	14.44	11.94	67.15	7.32	13.59
Brasil	41.18	36.27	15.05	7.51	39.63	39.44	11.75	9.18

Fonte: Elaboração Própria e STM